

Estudos pré-históricos e nacionalismo: uma perspectiva possidoniana

ANA C. N. MARTINS*

R E S U M O Numa altura em que os estudos pré-históricos iam assumindo uma crescente importância um pouco por toda a sociedade ocidental, o arquitecto e investigador português Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896) perspectivava uma série de actividades que visavam a promoção da implementação e desenvolvimento dessa jovem ciência oitocentista entre nós, ao mesmo tempo que o despertar das consciências públicas para a importância da salvaguarda de todos os seus vestígios materiais. Essa preservação tornava-se crescentemente urgente numa época em que os estudos históricos e arqueológicos iam adquirindo um papel crescente em todo o processo de rememoração de um passado, que se pretendia comum e unificador.

A B S T R A C T In a time when prehistoric studies assumed a growing importance throughout European society, the Portuguese architect and investigator Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896) engaged in a series of activities which sought to promote the implementation and development of the young nineteenth-century science of Archaeology. In addition, he sought to awaken public consciousness to the critical importance of safeguarding all material vestiges of the past. This preservation would become especially important in a time when historical and archaeological studies took on the important role of remembering the past, which was supposedly common and unifying.

“We are all shaped by the past.
The discovery of that past is therefore
in some senses a voyage of self-discovery”
(Colin Renfrew, 1999)

Introdução

Especialmente durante os últimos anos, temos vindo a assistir à publicação de uma série de estudos sobre História da Arqueologia, que se têm caracterizado especialmente por um notório esforço dos seus autores em perscrutar a presença de eventuais ligações entre a prática cien-

tífica e o poder político institucionalizado nos mais diferentes países. Esse interesse tem surgido, sobretudo, no seio da própria comunidade arqueológica, numa ânsia de apreender o significado histórico inerente à sua própria disciplina, integrada — como as demais — numa determinada contextualização histórica. Na verdade, será essa mesma inserção que poderá, em última análise, explicitar coerentemente as principais linhas de investigação, os sítios escavados, a filosofia da exposição museológica das estruturas e artefactos encontrados, bem como as políticas de ensino, divulgação e salvaguarda do património arqueológico, pontual e circunstancialmente seleccionados, adoptados e implementados.

As razões subjacentes a essa problematização historiográfica serão, certamente, múltiplas. Não deveremos, contudo, deixar de mencionar o facto de o próprio avolumar das investigações arqueológicas no terreno ter induzido alguns estudiosos a ponderar questões, eminentemente teóricas e teorizantes, do próprio devir da ciência que praticam, ao mesmo tempo que a questionar a verdadeira essência da diferenciação entre explicações elaboradas sobre uma mesma realidade material. Essas disparidades poderiam advir dos próprios estádios epistemológicos da Arqueologia, como, ainda, de certas conceptualizações e mundividências contextualizáveis, que, no fundo, condicionariam uma forma de estar, intervir e pensar as próprias investigações, bem como a delimitação das suas explicitações.

Contrariamente ao que vem sucedendo nos demais países europeus, nomeadamente em Espanha, na Alemanha e, mais recentemente, nos do Leste europeu, não se tem concedido, no nosso país, uma devida importância a todas as questões que poderão encontrar-se subjacentes a essa mesma temática, que, no fundo, se resumirá às ligações entre o poder político-cultural e a prática científica. Essa prática, convirá referi-lo, abrangeria o mundo científico, fosse ele de características naturais ou sociais, embora, como se compreenderá, se concedesse, a estas últimas uma maior relevância.

Pensamos que factores, como a necessidade de desenvolver sistematicamente a Arqueologia no nosso território, de institucionalizá-la universitariamente, nomeadamente com a recente abertura de variantes de Arqueologia, de constituir um Instituto Português de Arqueologia exclusivamente vocacionado para todas as temáticas relacionadas com essa ciência, para não referir a imprescindibilidade de estabelecer e prestigiar o estatuto da profissão de arqueólogo no seio da nossa sociedade, ter-se-ão revelado preponderantes na escassa atenção que se tem concedido às questões historiográficas relacionadas com a nossa disciplina.

Por outro lado, encontrar-se-á ainda profundamente arreigada uma certa convicção segundo a qual no nosso país não se terá verificado uma tão linear utilização das investigações de diferentes ciências por parte do poder político, como teria sucedido noutros. Este fenómeno emergiria sobretudo naqueles estados que sentiram uma absoluta premência interna em sublinhar a validade da sua independência geográfica, bem como em expandir territorialmente toda a sua influência cultural, enquanto único — e hipotético — meio de sobrevivência das suas respectivas nacionalidades.

Mas, se, por um lado, essas premissas poderão ser, aparentemente, compreensíveis, acreditamos, por outro, que elas provirão dos poucos estudos que têm sido levados a cabo no campo da História da Arqueologia no nosso território. Esses estudos deverão aumentar numericamente, numa altura em que se torna crescentemente necessário ponderar todas essas etapas evolutivas, até como forma de consciencializarmos os caminhos que a investigação percorre presentemente, e deverá trilhar num futuro muito próximo.

Gostaríamos de acreditar que este nosso pequeno ensaio pudesse demonstrar que os estudos levados a cabo por investigadores portugueses de Oitocentos revelaram um interesse claramente nacionalista, não obstante os seus próprios autores nem sempre o consciencializarem,

até por surgirem numa contextualização mais abrangente, a um nível europeu, de temas específicos e preferencialmente investigados no âmbito arqueológico.

Discernir essas intencionalidades nem sempre é fácil, precisamente por não surgirem declaradamente expressas. Somente através de uma criteriosa leitura e constante cruzamento de dados se torna possível discerni-las, embora com algumas cautelas, pelo menos pontualmente.

O principal objectivo deste nosso estudo é, assim, o de inferir todo um conjunto de propósitos nacionalistas que pudessem encontrar-se explanados nalgumas investigações e obras elaboradas pelo arquitecto, estudioso da Arqueologia e propugnador da salvaguarda do património histórico português, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896).

Na escolha desta personalidade do nosso Oitocentos cultural, encontraram-se subjacentes razões como o próprio desconhecimento generalizado das actividades que levaria a cabo em prol do desenvolvimento de uma consciência cívica para a premência da institucionalização do estudo, preservação e divulgação da memória nacional através da implementação e desenvolvimento das mais variadas ciências. Seria Possidónio da Silva, na verdade, quem preconizaria e traçaria algumas das linhas gerais para a concretização de todo esse conjunto de desideratos. De entre elas, destacaremos a inauguração da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (1863) — a primeira, no género, a vingar, verdadeiramente, entre nós —, bem como a *Commissão dos Monumentos Nacionaes* (1880), fundada a nível ministerial, com o principal intuito de salvaguardar o nosso património histórico-arqueológico, móvel e imóvel.

1. O início dos estudos pré-históricos em Possidónio da Silva

1.1. Os antecedentes

Sendo impossível estabelecer, linearmente, uma fronteira, uma ruptura, verdadeiramente assumida, no que respeita à adopção de um quadro epistemológico, pensamos, no entanto, que determinados acontecimentos poderão ter servido de verdadeiros catalisadores dessas mesmas viragens, que vinham crescendo e fundamentando-se, paulatinamente, no espírito de algumas personalidades. E esse seria o caso específico de Possidónio da Silva.

Com efeito, consideramos que 1867 constituiu uma data crucial na sua vida intelectual, um verdadeiro ponto de viragem a partir do qual assistimos a um conjunto de actividades da mais variada índole em prol da promoção, no nosso território, dos estudos arqueológicos, de um modo geral, e dos pré-históricos, muito especificamente. Essa consciencialização, despertada definitivamente nessa data, teria visto o seu início muito antes, quando ainda estudante na *École des Beaux Arts*, de Paris, entre 1825 e 1833, com um interregno de dois anos (1828-1830), durante o qual aprofundara a sua formação académica em território italiano, à semelhança de outros tantos “pensionistas” franceses. Concretizou esse percurso ao mesmo tempo que perfazia o tradicional *Grand Tour*, considerado, então, indispensável a uma verdadeira complementaridade educacional dos jovens aristocratas e burgueses europeus.

Embora imbuído de uma forte formação neoclássica — então ainda notoriamente preponderante nos meios académicos europeus —, a linha romântica já ia trilhando o seu longo e duradouro percurso, na cultura e espíritos oitocentistas, e à qual, muito naturalmente, Possidónio não poderia permanecer indiferente; pelo contrário.

Na verdade, ao que realmente assistiríamos seria ao empenhamento e autêntico entrosamento de Possidónio em toda uma linha conceptual e mundividência inerentes ao Romantismo,

que passou a marcar, de forma profunda e irreversível, a sua forma de estar, pensar e actuar. Revelava, ao mesmo tempo, uma notória tenacidade em harmonizá-las, numa posição iminentemente positivista, que caracterizou toda a sua obra, numa postura que, longe de ser contraditória, revelava-se, antes de mais, clarividente, face às múltiplas tendências filosóficas e científicas, que tão profundamente caracterizaram esse verdadeiro século do *devoir* humano.

Assim, se o espírito neoclássico lhe despertava o interesse pela Antiguidade Clássica, assim como a importância que as investigações arqueológicas poderiam assumir num melhor, e mais fiel, conhecimento de todo esse passado — nomeadamente no que aos quadros vivenciais quotidianos respeitava (recordemos, a título exemplificativo, Pompeia e Herculano) —, o Romantismo apontava-lhe a premência de proceder a estudos de outro carácter cultural e cronológico. Investigações essas que passariam a sublinhar, já não tanto a herança cultural da Antiguidade, que se pretendia comum a toda a Europa mas, antes de mais, a especificidade cultural de cada um dos seus países, sobretudo rebuscada nas épocas precedentes ao processo de romanização, ou seja, nos tempos pré-históricos.

Se o início da industrialização constituiu um dos factores determinantes no ulterior desenvolvimento da Arqueologia Pré-histórica, nomeadamente ao permitir um aturado estudo geológico e paleontológico das diversas camadas sedimentares, ao mesmo tempo que possibilitava a confirmação de um quadro evolutivo dos materiais de origem antrópica, mediante a sua análise tipográfico-tecnológica, os propósitos políticos, expressos pela maioria dos países de Oitocentos, não seriam completamente alheios a todo a sua posterior afirmação.

Com efeito, o notório desenvolvimento que os estudos pré-históricos registaram, sobretudo após os conturbados anos da década de sessenta — pautada por múltiplas guerras independentistas, hegemónicas, assim como pela Comuna de Paris, de 1871 —, não se teria verificado, se determinados círculos políticos europeus não tivessem consciencializado a sua relevância para a consistência e validação de algumas pretensões políticas que veiculavam. Intuitos esses que, na sua generalidade, respeitavam à afirmação de fronteiras, há muito estabelecidas, bem como pretensões de alargamento de muitas outras, e subsequente subjugação das populações nelas existentes. Torna-se claro que esses propósitos tinham por base os mais diversos interesses económicos, manifestados por uma burguesia engrandecida. Numa época em que as Casas Reais já não seriam suficientes para garantir a independência das nacionalidades europeias, nem de todo um repositório de memórias e valores ancestrais e comuns a cada uma delas, haveria que recorrer à lógica científica, inteligentemente explorada por essa mesma burguesia, num perpétuo esforço de se consolidar e perpetuar.

Poder-se-ia pensar, nesse âmbito, que, em Portugal, não se manifestava o mesmo tipo de preocupações. Contudo, não podemos esquecer as sucessivas e devastadoras invasões napoleónicas, bem como a subsequente fuga da nossa Corte para o Rio de Janeiro, no Brasil, deixando o desígnio nacional à vontade britânica, numa quase evidência de incapacidade nacional de gerir o seu próprio futuro.

Não podemos, também, olvidar as pretensões hegemónicas espanholas, relativamente ao nosso território. Aspirações essas que, na verdade, nunca teriam deixado os horizontes da política externa de Espanha, sobretudo após 1620, altura em que o país se libertara da coroa Filipina. Pretensões que obteriam um considerável número de apoiantes no seio de alguma intelectualidade portuguesa de Oitocentos, que via na fusão dos dois países a única via para uma efectiva sobrevivência política portuguesa. Designar-se-ia esse movimento, muito significativamente, de “Iberismo”.

Como a maioria dos intelectuais portugueses da altura, defensores do sistema parlamentar e liberal, no âmbito de um regime monárquico, e fazendo parte das hostes mais nacionalis-

tas do movimento maçónico português, Possidónio da Silva não podia acatar esse projecto de união ibérica.

Imbuído desse espírito, e convicto da inquestionabilidade da especificidade portuguesa, face às demais europeias e, sobretudo, à espanhola, e atendendo ao profundo conhecimento que tinha adquirido do papel que os estudos históricos podiam assumir em todo um processo de afirmação dessas mesmas particularidades, o nosso jovem arquitecto alcançaria o necessário apoio governamental para proceder, em finais dos anos cinquenta, a um primeiro levantamento dos principais monumentos históricos edificados, disseminados um pouco por todo o território português.

Com esse mesmo propósito, Possidónio perspectivou toda uma série de actividades que pudessem, de alguma forma, incutir, no mais amplo tecido social, nacional e estrangeiro, a ideia da singularidade da História de Portugal, singularidade essa que, em última análise, justificava a sua independência geográfico-política, relativamente aos demais países, nomeadamente da vizinha Espanha.

Um dos meios que considerava mais eficazes, seria precisamente a propagação dessas ideias na imprensa periódica portuguesa, embora ela se revelasse bastante redutora, porquanto se destinava à estreitíssima faixa da população alfabetizada — e culta — de Portugal. Contudo, seria precisamente essa que importava sensibilizar para essas questões, porquanto caber-lhe-ia conceder o imprescindível apoio ao poder liberal, recentemente institucionalizado no nosso país.

Para além disso, Possidónio aproveitou as suas presenças em seminários científicos internacionais, para apresentar comunicações sobre História da Arquitectura Portuguesa, nas quais revelou uma especial preocupação em apresentar os monumentos considerados mais significativos, representativos e evocativos de algumas das páginas mais marcantes da nossa História, quase todas conectadas a momentos cruciais do longo processo independentista do nosso país, relativamente ao poder espanhol.

Para além dessas considerações, de ordem mais pragmática, seria a conjugação daquelas duas cruciais linhas de pensamento — o Neoclassicismo e o Romantismo (que atravessaria toda a primeira metade do século dezanove) — que levaria Possidónio a proceder a um primeiro inventário dos nossos principais edifícios históricos, em finais dos anos cinquenta, precisamente numa altura em que as aspirações “iberistas” recrudesciam.

Seria ainda nesse contexto, e perante a perduração da indiferença institucional face à premissa de uma efectiva, sistemática e concertada política de salvaguarda desse mesmo património, que Possidónio resolveu fundar, em 1863, e a título meramente particular, aquela que seria designada, já na década de setenta, por *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Na verdade, revelou-se a única instituição que, durante largas décadas, velaria verdadeiramente, pelo estudo, preservação e divulgação dos mais variados tipos de património histórico-cultural, existentes em Portugal.

Possidónio demonstrou uma notória deferência por aquele tipo de património edificado, sobretudo medieval, porquanto mais directamente conectado aos primórdios da formação do Estado português, durante cujo longo processo teria emergido e consolidado a união entre os mais diferentes estratos sociais, à frente dos quais encontrar-se-ia a monarquia, enquanto repositório de todo um somatório de valores nacionais e único defensor da unidade e identidade portuguesas. Não obstante, com o decorrer dos anos, passou a conceder uma atenção generalizada por todo o património que permitisse a revisitação de toda uma memória histórica. Manifestou, igualmente, uma muito especial consideração pelos vestígios materiais das épocas mais recuadas da História da Humanidade, em geral, e do nosso território, em particular.

1.2. A Exposição Universal de Paris (1867)

Quais terão sido os acontecimentos que despontaram, em Possidónio, e de uma forma definitiva, o interesse pelos estudos pré-históricos, levando-o a promover, não apenas a sua implementação generalizada no nosso país, como a institucionalização do seu ensino, e salvaguarda dos seus vestígios materiais?

Para podermos responder a essa questão, teremos de retornar à data, anteriormente mencionada, de 1867, uma vez que foi a partir dessa altura que Possidónio passou a evidenciar, de um modo mais notório, o seu profundo interesse por todas as temáticas inerentes, não apenas à Arqueologia, de um modo geral, como à Pré-história, mais especificamente.

Entre outros, Possidónio participou no Congresso Internacional dos Arquitectos, que decorreu no âmbito da Exposição Universal de Paris, realizada nesse ano, e em cujas sessões apresentou duas comunicações sobre alguns dos principais edifícios históricos portugueses.

Durante essa sua estada parisiense, Possidónio não permaneceu indiferente a alguns dos principais eventos científicos, que tão profundamente iriam marcar o ulterior desenvolvimento de disciplinas, como a Arqueologia Pré-histórica, a Antropologia Pré-histórica, ou até mesmo a Etnografia.

Certamente que, vivendo em Paris durante cerca de oito anos, com apenas dois de interregno, durante os quais estagiara em Roma,¹ Possidónio não teria permanecido imune e indiferente a toda uma variedade de conferências, discussões, apresentações públicas e editoriais, que versavam, inevitavelmente — e, sobretudo, atendendo à novidade das temáticas envolvidas —, sobre todos esses assuntos, e que tiveram lugar um pouco por toda a capital — cultural —, francesa.

A atestar essa mesma influência, temos, entre muitos outros, o facto de, ao longo de toda a sua existência, se ter correspondido com algumas das mais marcantes personalidades europeias desses domínios do conhecimento humano. Para além disso, presenciou alguns dos seus mais relevantes encontros científicos, de perfil europeu, ou até mesmo internacional².

Pensamos, contudo, que o evento científico que despertaria Possidónio de uma forma mais convicta e definitiva para a urgência da divulgação — e, sobretudo, da vulgarização —, dos mais diversos conhecimentos, inerentes às ciências arqueológica e antropológica, revelou-se, precisamente, a Exposição Universal de Paris, ocorrida em 1867.

Esse certame constituiu um verdadeiro marco no desenvolvimento da Antropologia e Arqueologia pré-históricas, porquanto, contrariamente à Exposição Universal de Londres, realizada em 1851, a de Paris incluiu uma secção exclusivamente dedicada a colecções de artefactos pré-históricos. A exposição desses objectos seria pensada e elaborada pelo arqueólogo francês Gabriel de Mortillet (1821-1898) — coadjuvado pelo investigador Édouard Lartet (1801-1871) —, que, ademais, redigiu o seu catálogo, ao qual deu o significativo título de *Promenades Préhistoriques à l'Exposition Universelle*. Expressivo, porquanto denunciava um espírito eminentemente romântico, que ainda subsistia no seio de alguma classe de investigadores europeus, ao mesmo tempo que funcionava como um forte apelo à curiosidade e imaginação do público, em geral, que pretendesse visitar a Exposição. Pretenderia, dessa forma, conferir um carácter menos científico às colecções pré-históricas, que seriam apresentadas no seu âmbito, sublinhando, antes de mais, o seu cunho pedagógico, atraindo, assim, um mais vasto e eclético público.

Não obstante, seriam expostos ao público, pela primeira vez na exposição londrina de 1851, factos que revelavam e confirmavam a importância crucial que os estudos geológicos tinham passado a deter na própria investigação arqueológica, de um modo geral, nomeadamente no que à antiguidade dos artefactos e vestígios ósseos se reportava. Apresentou-se, então, de uma forma

inequívoca, aos visitantes daquele certame internacional, a legitimação científica da análise da evolução sequencial dos mais variados artefactos pré-históricos – mais do que “antediluvianos” –, mediante a observação da sua proveniência estratigráfica.

Essa demonstração revelou-se de igual modo relevante, e por uma outra questão teórica. É que a estratigrafia – que, em última análise, auxiliava a própria metodologia tipológica e tecnológica, ao conferir-lhe legitimidade sequencial – poderia demonstrar, simultaneamente, a singularidade do processo evolutivo a um nível micro-espacial. Isso seria o mesmo que dizer, a um nível regional, e até mesmo local, o que podia, em última instância, concorrer para a afirmação de algumas pretensões políticas, ao nível regionalista e nacionalista. Seria a Geologia e a Arqueologia, uma vez mais, ao serviço da política, ou, melhor, a política a utilizar-se dos estudos dessas duas ciências, emergentes e afirmantes ao longo da centúria de Oitocentos (Kehoe, 1998, p. 33-34).

Verificamos, assim, que, em termos conceptuais, os métodos de análise e seriação dos materiais encontrados, resumir-se-iam, doravante, ao estratigráfico, tecnológico e tipológico, efectuado de um ponto de vista estilístico e classificatório, num contexto de análise descritiva. Considerações essas que, no seu cômputo geral, conduziriam à delineação de uma cronologia de âmbito marcadamente cultural, mediante a realização de uma classificação homogênea e modelável. Essas considerações teórico-práticas revelavam, na sua essência, os princípios do naturalismo e do evolucionismo, ou seja, a afirmação da lei do progresso geral da Humanidade, do desenvolvimento similar, bem como a da alta antiguidade do Homem.

Mas, o ano de 1867, revelou-se igualmente o da inauguração do importante Museu das Antiguidades Nacionais, de França, perspectivado e organizado pelo mesmo G. de Mortillet, em Saint-Germain-en-Laye, nos arredores de Paris, museu este que estimulou o surgimento de tantos outros, não apenas em solo francês, como nos demais países europeus, e ao qual não teria sido, certamente, insensível o próprio Possidônio da Silva, tendo havido, mesmo, a possibilidade de o ter visitado durante a celebração daquela exposição universal. Ademais, seria, precisamente a partir de então, que, para além de outros importantíssimos nomes da Antropologia, Etnografia e Arqueologia europeias, Possidônio se passaria a corresponder assiduamente com aquele arqueólogo francês.

O público contemplava, então, pela primeira vez, objectos executados pelos seus antepassados mais remotos, o que suscitou, de forma inevitável, a sua curiosidade, nomeadamente sobre a arte parietal, porque evocadora de um pensamento abstracto, até então considerado uma capacidade exclusiva do Homem Contemporâneo (*The Story of Archaeology*, 1997, p. 56; Colin-Simard, 1957, p. 57).

Parece-nos igualmente revelador que as *Promenades* fossem incluídas na denominada *Galerie de l'Histoire du Travail*, no âmbito da citada Exposição Universal. A Antropologia e a Arqueologia passaram, doravante, e numa época em que as duas ciências se encontravam intimamente ligadas, sobretudo ao nível da concepção de Antropologia Pré-histórica (recordemos, a título meramente exemplificativo, os casos dos investigadores alemães Schuffhauen e Virchow, ambos dedicando-se a essas duas disciplinas), a serem utilizadas politicamente.

Esse emprego político seria realizado, entre outras formas, ao demonstrar-se uma pretensa equiparação entre resquícios materiais de populações, há muito extintas, em solo europeu, e as suas mais diversificadas utilizações, observáveis no seio de diferentes comunidades dos denominados “primitivos actuais”, espalhados um pouco por todo o nosso globo (Evans-Pritchard, 1981, p. 43, 49, 52-53, 75-76, 104, 108, 111).

Ademais, essa preponderância enquadrava-se de forma harmoniosa na doutrina oitocentista do progresso generalizador da humanidade. Progresso esse que poderia ser constatado medi-

ante a apresentação da sucessão evolutiva das camadas geológicas, bem como dos correspondentes conjuntos arqueológicos, existentes nessa mesma evolução estratigráfica, preferencialmente desde os tempos primitivos. (Daniel, 1975: p. 111-112; Fagan, 1997, p. 505-506)

Essa postura baseava-se numa *praxis* evolucionista, essencialmente propugnada pela denominada arqueologia vitoriana, profundamente enraizada em doutrinas racistas, referentes ao progresso linear da Humanidade, até à era industrial. Analisavam-se, assim, as sociedades, não europeias, partindo do princípio de que seriam biologicamente inferiores, donde, menos capacitadas para acompanhar esse mesmo processo de desenvolvimento, de evolução, mais do que de progresso, que pressupunha a existência de verdadeiros “saltos” nesse mesmo *continuum*. Progresso que seria somente possível, nessas comunidades, com a interferência directa de outras, cultural e racialmente superiores, ou seja, mediante a aplicação dos mais diversos conhecimentos ocidentais.

Não podemos, contudo, olvidar a enorme influência que as *Promenades* teriam sobre a vivência religiosa das populações ocidentais, nomeadamente das suas camadas culturalmente mais esclarecidas. Ao estabelecer, quer uma maior antiguidade da Terra, dos seres vivos, em geral, e, sobretudo, do Homem, para além da própria noção de Homem Pré-histórico, a Paleontologia, Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, faziam frente às concepções eclesiásticas, então ainda preponderantes, e geralmente aceites. Seria, no fundo, a afirmação da casualidade da Natureza, por oposição ao *Creacionismo*, num contexto de — ainda — claro predomínio de toda uma cultura judaico-cristã.

Assim, num ano — 1867 — em que a Arqueologia atingia o que poderíamos designar por “maioridade”, Possidónio teve a oportunidade de contactar, proximamente, não apenas com todo aquele somatório de evidências científicas, como, ainda, com os principais organizadores da sua exposição.

1.3. Os Congressos Internacionais de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica

Não seriam, porém, apenas aqueles aspectos, tão marcantes da Exposição Universal de 1867, que despertariam, definitivamente, Possidónio para a importância dos estudos pré-históricos.

Efectivamente, cabe-nos lembrar que, ainda no âmbito daquele certame, seria realizada a segunda sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, que se transformou numa verdadeira referência para toda a comunidade de cientistas que se dedicariam aos assuntos subjacentes a essas duas disciplinas emergentes. Foi no seu seio que se debateram algumas das questões que mais significativamente iriam marcar o seu desenvolvimento teórico-prático.

A sua importância foi tão rapidamente reconhecida, que Possidónio participou na sua sessão de 1872, em Bolonha, para onde tinha sido transferida, em virtude de toda uma série de acontecimentos políticos, ocorridos no ano precedente, como os decorrentes da Comuna de Paris, ou, ainda, da guerra despoletada entre a França e a Alemanha, que impossibilitaram a sua realização em território francês.

Foi no âmbito desse Congresso, que se iniciou o debate acerca de algumas das questões metodológicas mais relevantes para o futuro, e crescente, desenvolvimento da Arqueologia Pré-histórica, como foram as da própria periodização da Pré-história, no seu todo, assim como as inerentes a processos de sinalização, em mapas, dos mais variados artefactos encontrados. Procedimento este que teve como principal intuito a universalização desses mesmos sinais, por forma a torná-

los mais perceptíveis a toda a comunidade científica de então. Pretendeu-se, dessa forma, concorrer para a efectivação de uma verdadeira comunhão de saberes adquiridos, e por adquirir, mediante a utilização de uma linguagem comum, fosse ela literária, ou até mesmo simbólica.

Mas, essa sessão de 1872, revelou-se igualmente relevante, por uma outra questão. É que, no seu decurso, os congressistas tiveram a oportunidade de proceder a escavações nalgumas *pala-fitas*. Intervenções similares essas que, como será do conhecimento generalizado, comprovaram a metodologia implícita na cronologia relativa, baseada na análise tipológico-tecnológica dos artefactos arqueológicos, mediante o registo do seu posicionamento ao longo das camadas estratigráficas.

Aliás, seria durante esse mesmo Congresso que Possidónio obteve os primeiros contactos com alguns procedimentos práticos de Arqueologia, nomeadamente com a escavação estratigráfica e sectorial, como forma, não apenas de detectar os mais pequenos resquícios materiais, como, também, de proceder ao seu minucioso e exaustivo registo. Somente, assim, se poderia elaborar a sua posterior análise, nomeadamente ao nível de uma eventual interpretação histórica.

Não foi, contudo, durante a realização desse Congresso, que Possidónio efectuou as suas primeiras investigações de foro pré-histórico. Com efeito, apresentou, numa das suas sessões de comunicações, um relatório sobre os estudos que levara a cabo, no ano precedente, numa gruta, nas proximidades da cidade do Porto, na qual pensara poder encontrar alguns vestígios materiais da actividade do Homem Pré-histórico. Não tendo, porém, descortinado-os, Possidónio expôs a metodologia de investigação aplicada, que demonstrava, não apenas a sua actualização a esse nível, como até a transportação de algumas das metodologias utilizadas em arquitectura civil, para a Arqueologia, como seriam, entre outras, o procedimento de medições e registos gráficos das realidades encontradas.

Possidónio procedia a essa actualização, não apenas mediante a sua periódica presença nalgumas das reuniões científicas internacionais mais importantes, como as realizadas no âmbito da Arqueologia Pré-histórica, Antropologia Pré-histórica, Etnografia, ou até mesmo de Conservação e Restauro dos Monumentos Edificados, como, ainda, através da sua constante troca epistolar com alguns dos nomes e instituições europeias mais marcantes nessas mesmas áreas. Para além disso, esforçou-se por proceder a uma exaustiva e permanente leitura bibliográfica, da qual constavam, não somente obras de maior fôlego, como, sobretudo, periódicos especializados nesses ramos científicos, dos quais seria assinante.

2. Possidónio da Silva e a Arqueologia Pré-histórica em Portugal

A investigação pré-histórica teria os seus primórdios, no nosso território, em meados de setecentos, com alguns trabalhos precursores efectuados por membros da Academia Real das Ciências de Portugal. Seriam, no entanto, alguns dos nomes mais marcantes dos Serviços Geológicos, inaugurados no âmbito do Ministério das Obras Públicas, na década de cinquenta do século dezanove, como os de Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a proceder a um estudo mais atuado e sistemático, nesse campo.

Quanto a Possidónio, e embora as investigações em grutas nunca se apartassem do horizonte dos seus interesses intelectuais (nomeadamente aquelas que pudessem evidenciar uma presença humana, cronologicamente mais antiga), seriam os estudos megalíticos a despertarem-lhe um interesse mais notório, e que o levariam a proceder a uma investigação mais consistente e sistemática.

2.1. Estudos megalíticos

O interesse de Possidónio pela investigação megalítica, manifestou-se logo na década de cinquenta quando, numa das viagens que realizou pelos arredores de Lisboa, identificou um *dólmen*, situado num dos cabeços, existentes entre Sintra e Colares. Após a sua descoberta, procedera imediatamente à sua escavação, sem, no entanto, ter encontrado qualquer objecto que pressupusesse a sua utilização sepulcral.

Em finais dos anos cinquenta, princípios de sessenta, Possidónio escavou, ainda, dois outros *dólmens*, localizados nos arredores da cidade de Tomar, no interior dos quais encontrou três crânios fracturados, para além de duas facas de sílex, achados esses que, na sua opinião, apontavam para a existência de um sepultamento.

Essas investigações seriam explanadas por Possidónio numa das sessões de trabalho do anteriormente referido Congresso de Bolonha, de 1872, imputando, cronologicamente, aquelas construções a uma certa *Idade da Pedra*. Poder-se-á depreender dessa sua conclusão a actualização que efectuava, relativamente aos sistemas cronológicos, aplicados em Arqueologia, e que seriam fundamentados na análise tipológica e tecnológica, conclusão essa que seria tanto mais relevante, porquanto nem sempre esses monumentos seriam, então, atribuídos àquela idade.³

Apesar de o próprio arqueólogo sueco Montelius (1843-1921) ter, durante bastante tempo, considerado que os megálitos correspondiam exclusivamente à Idade da Pedra, o teórico português I. de Vilhena Barbosa publicaria, em 1868, um artigo no *Archivo Pittoresco*, onde afirmava, acerca dos monumentos megalíticos, que a sua esmagadora maioria devia pertencer a um período da História da Humanidade que iria desde o Neolítico até à Idade do Bronze.

Foi sobretudo a partir da Idade Média que esses monumentos tinham passado a constituir uma fonte profícua de obtenção de objectos para os denominados “gabinetes de curiosidades”, ao mesmo tempo que se incutia no espírito das populações europeias a crença segundo a qual os seus construtores teriam sido figuras imaginárias, gigantes, duendes, feiticeiras, etc. Essa convicção decorria, em parte, do facto de se ter, há muito, perdido a memória acerca dos seus verdadeiros delineadores e vivenciadores.

Em plena época de afirmações nacionalistas, a história dos gauleses na França seiscentista, por exemplo, tornara-se uma questão eminentemente ideológica, propiciadora de uma afirmação cultural única, e coincidente com uma determinada delimitação geográfica, imperativos pragmáticos esses que importava, então, mais do que nunca, que fossem validados pelos novos poderes políticos, em consequência das crescentes pretensões integracionistas manifestadas por parte dos apoiantes internos de causas veiculadas por outras Casas Reais.

Uma questão urgia, no entanto, solucionar o mais celeradamente possível. Com efeito, os historiadores sentiam uma notória carência de evidências materiais que caracterizassem a própria cultura gaulesa, e suportassem algumas das suas principais teorias, problema esse que seria agravado pelo facto de esses monumentos se reportarem a um período anterior à ocupação romana, ou seja, precedente à existência de qualquer documento escrito.

Entretanto, políticos e estudiosos ponderavam o carácter iminentemente endógeno do horizonte cultural megalítico, atribuindo, pela primeira vez e oficialmente, a construção dos seus monumentos à actividade dos gauleses. Todavia, essa opinião contrariava uma outra, dessa feita perfilhada por muitos outros autores, segundo a qual aquelas edificações revelar-se-iam uma consequência de meros fenómenos naturais, ou telúricos.

Com o advento do *Iluminismo*, alguns investigadores passaram a atribuir aos celtas a construção dessas estruturas, o que, em última instância, conduzia ao reconhecimento da existência

de uma época anterior à dos gauleses, essencialmente conhecida através das descrições de Júlio César. Seria, na realidade, a partir dos seus relatos que se propagaria a ideia acerca da utilização daqueles monumentos para sacrifícios humanos.

Pretendeu-se, essencialmente, com o aprofundamento desses estudos, encontrar a origem geográfica dos megalitos, que se acreditava exógena ao Continente europeu. Constituiu, essa, por isso, uma questão indirectamente inerente à perscrutação da origem dos próprios poderes liberais oitocentistas, bem como das razões subjacentes à, aparente, comunhão da maioria dos quadros vivenciais europeus, que seriam, desse modo, explicitados.

Perante esse quadro, alguns governos europeus financiavam as investigações daquelas antigas estruturas. Em França, por exemplo, inaugurar-se-ia a *Académie Celtique*, em 1804, custeada pelo próprio Napoleão Bonaparte. Em 1858, seria a vez da instituição da *Commission de Topographie des Gaules*, cujos membros se dedicavam ao estudo da Geografia, História e Arqueologia francesas, anteriores à constituição do Império Carolíngio.

Compreensivelmente, a Inglaterra entraria nessa quase concorrência, que se instituiu informalmente entre as principais potências europeias de Oitocentos mas, muito particularmente, entre esses dois países. Rivalidade essa que, no entanto, conduziu a um notório desenvolvimento da ciência arqueológica em ambos os países, tanto ao nível regional, como nacional. Esse incentivo surgiu, de certa forma, em detrimento dos estudos clássicos, aos quais se dera, até então, uma notória primazia. Não devemos, ainda, esquecer que a esse progresso não teria sido de todo estranha a querela, entretanto estabelecida, entre *Antigos e Modernos*. Na verdade, esses litígios incentivaram o incremento de minuciosas escavações, ao mesmo tempo que se procedia às primeiras tentativas sistemáticas, no sentido de correlacionar a genealogia bíblica com a especificidade de cada país, por forma a legitimar e prestigiar esta última (Mintielle, 1972).

Em parte decorrente desse verdadeiro movimento de *Celtomania*, surgiu uma certa premissa em demonstrar a anterioridade cronológica dos monumentos megalíticos relativamente a qualquer evidência material que pudesse corroborar a teoria do *ex oriente lux*. Elaborar-se-ia, então, a tese, segundo a qual os celtas, conjuntamente aos chineses e egípcios, constituiriam um dos povos mais antigos do Mundo, e que, no seu conjunto, encontrar-se-iam, supostamente, na origem do monoteísmo. Pretendia-se, assim, confirmar uma convicção, anteriormente difundida, segundo a qual a língua celta se encontrava no cerne de todos os idiomas ocidentais.

Concomitantemente, surgia a necessidade de perscrutar o verdadeiro significado utilitário dos monumentos megalíticos, que não o geralmente atribuído, ou seja, para imolações (Daniel, 1963, p. 24-42). Em 1723, por exemplo, o médico, sacerdote e antiquário inglês, William Stukeley (1687-1765), aventou a hipótese de aqueles monumentos terem constituído uma parcela de um conjunto integrador mais alargado, no âmbito do qual incluía o próprio conceito de paisagem circundante.

Seria nessa mesma linha, que conceptualizariam essas edificações, enquanto elementos sinalizadores de uma qualquer realidade vivencial. Realidade que, no entanto, não teria sido, ainda, suficientemente apreendida pelos investigadores dessas mesmas estruturas. Seria, ainda, o mesmo W. Stukeley a sugerir que, com base no levantamento da sua localização geográfica, se poderia delinear uma possível hierarquização desses monumentos, com todas as implicações ideológicas que dela se pretendesse inferir.

Não estava, contudo, em setecentos, criado o ambiente intelectual indispensável para a aceitação irrevogável das hipóteses formuladas por aquele antiquário inglês. Essa admissão ocorreu somente com a interiorização e prática do denominado sistema das *Três Idades*, ao fazer-se coin-

cidir a época celta com a *Idade do Bronze*. Ela seria, no entanto, compreendida ainda como uma característica iminentemente cultural, e não propriamente enquanto uma entidade étnica.

Numa época que descobria a *Pré-história*, seria compreensível que os monumentos megalíticos fossem imputados à acção celta, porquanto seriam as construções mais primitivas que se conheceriam, até essa altura. Assim, numa recolha de desenhos, da autoria de Alexandre Lenoir e Charles Percier, efectuada em 1820, incluíam-se os *dólmens* na categoria dos monumentos celtas (Lenoir, 1821). No *Cours d'Antiquités Nationales* (1830), por exemplo, A. de Caumont ainda excluía o conceito de *Pré-história*, iniciando a cronologia com a época celta⁴. Ainda em 1842, este mesmo autor referiu-se aos *menhirs* enquanto *pedras druídicas*. Demonstrava, porém, já uma certa preocupação relativamente à sua conservação, classificando-os como monumentos históricos. Considerava, por isso, deverem ser colocados sob protecção municipal (*Séances Générales de la Société française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*, IX^eme sessão, 1842, p. 89).

Salvaguarda essa que se tornava crescentemente urgente, porquanto seria situação recorrente, o facto das populações locais reutilizarem as suas pedras, fosse para outro tipo de construção, ou até mesmo para trabalhos de ferreiro. É interessante que um investigador de projecção nacional, como Augusto Filipe Simões de Castro, se tivesse referido às *antas* (a designação que, desde sempre, atribuíam aos *dólmens* na historiografia portuguesa), como, culturalmente pertencendo aos celtas, numa obra que publicaria em 1870.

Seriam, entretanto, descobertas, no ano de 1849, facas de sílex, no que consideravam constituírem *grutas druídicas*, expressão que seria definitivamente substituída pelo termo *dólmens*, apenas em 1872, ou seja, o ano do 3^o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Bolonha. Reiterava-se, então, a urgência de salvaguardar esses monumentos, conjugando-se todos os esforços no sentido de se obstar à sua demolição, por parte dos proprietários dos terrenos, nos quais se localizavam, fazendo-os frequentemente “miner, à les faire sauter, comme ils disent” (Id., XXXVIII^eme sessão, 1871, p. 59).

Persistia, no entanto, um certo espírito romântico, que envolvia as investigações megalíticas (como às pré-históricas, de um modo geral), chegando-se a afirmar que

“L'archéologie préhistorique, veuve se ranger la dernière au nombre de sciences physiques et naturelles, avait grand intérêt à savoir de sa soeur ainée, la minéralogie, ce que sont ces vestiges d'un outillage étrange enfouis dans de gigantesques monuments par des peuples dont les noms sont perdus dans la nuit des temps” (*Ibid*).

Em finais dos anos oitenta, Possidónio da Silva propôs que, semelhantemente ao então praticado noutros países europeus, se apresentasse ao Parlamento nacional uma proposta de classificação dos monumentos megalíticos, como uma das únicas formas de os preservar, de forma efectiva.

Se alguns autores consideravam legítimo contestar a tese, segundo a qual aquelas construções pertenciam à época céltica — “à laquelle a succédé l'époque gauloise” —, (Id., XLVIII^eme sessão, 1881, p. 475), a atribuição desses

“tumulus à ces premiers temps, longs et indéterminés, qui apparaissent à l'aurore de notre histoire, n'est à notre avis pas douteuse. Les produits ceramiques qui livrent ces sépultures, dans lesquelles, il est bon le rappeler, on rencontre souvent du fer, sont encore fort grossiers” (*Séances Générales de la Société française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*, IX^eme sessão, 1842, p. 89).

Evidenciava-se, contudo, nessas mesmas palavras, quão distantes os investigadores ainda se encontravam da constatação inexorável de uma continuidade secular, tanto na construção, como na utilização daquelas estruturas. Pressentia-se, no entanto, o germinar de algumas inferências nesse sentido.

Verificamos, assim, que as indiossincrasias possidonianas relativamente a essa temática inserir-se-iam no seu panorama europeu mais abrangente. No âmbito das actividades realizadas pelos *Serviços Geológicos Portugueses*, em 1868, far-se-iam já incluir os *dolmens* na categoria geral dos monumentos pré-históricos, apesar do seu processo conceptualizante se ter assemelhado ao francês. É, pelo menos, o que constatamos pelo teor da epístola enviada a Possidónio por um dos associados da *Real Associação*, o Visconde da Torre da Murta, em 1873, noticiando estar a proceder a investigações arqueológicas na sua propriedade, perto de Lisboa, à procura do que considerava constituírem *sepulturas celtas*. Demonstrava-se, assim, a popularidade que esses estudos iam, então, granjeando no nosso país, ao mesmo tempo que a perduração de um certo espírito romântico, relacionado com essas indagações no terreno.

Consciencializando quão próxima se encontrava essa temática dos interesses dos seus discípulos, no âmbito dos cursos de História da Arte e de Arqueologia que promoveu no seio da sede da *Real Associação*, Possidónio afirmaria, em 1872, que

“Havendo [...] tratado nas precedentes prelecções dos monumentos Celtas, tenciono d’ esta vez dar algumas explicações sobre as epochas prehistoricas, para demonstrar a vantagem de se conhecer essas remotas antiguidades, afim de se comprehenderem melhor as descobertas feitas nos referidos monumentos” (A.H./A.A.P., *Actas do Conselho Facultativo*, n.º 99, 15/2/1872).

Não obstante, Possidónio referir-se-ia, ainda em finais da década de oitenta, às *mamôas* existentes na região da Beira interior, enquanto monumentos sepulcrais celtas. Com base num estudo aturado dessas construções, acreditava ser possível compará-las geograficamente, referindo que “as nações mais civilizadas não se furtam a emprehender essas indagações archeologicas porque folgam em que as considerem illustradas.” (Silva, 1888, p. 26), contrariamente ao que, então, sucedia em Portugal.

A imputação cronológico-cultural que faria desses monumentos, aos celtas, decorria, certamente, da consciencialização que já possuía da longa duração da sua construção e utilização. É o que constatamos nas suas seguintes palavras:

“Os differentes objectos descobertos nas escavações feitas debaixo d’esses monumentos, são agora attribuidos às primeiras emigrações pré-historicas, das quaes a epocha e duração nos é desconhecida” (Silva, 1881, 69-71).

Atribuía, assim, à escavação um papel crucial em todo o processo de investigação arqueológica.

Carta Arqueológica

Embora Possidónio se interessasse por um largo espectro da tipologia megalítica, chegando ao ponto de, por exemplo, considerar que a disposição formal dos *menhirs* se teria ficado a dever à necessidade que os seus construtores teriam sentido de firmar, para a posteridade, a importância de um qualquer evento comemorativo, seriam os *dolmens* que, no entanto, mais atrairiam a sua curiosidade intelectual.

Seria no âmbito desse mesmo despertar, que Possidónio solicitaria, junto de alguns sócios correspondentes, a partir de 1874, que procedessem ao levantamento cartográfico dos *dolmens* existentes nas suas regiões, bem como à cópia dos desenhos inscritos, que pudessem, eventualmente, existir nos seus esteios. Mas, se seriam os estudos dolméricos a encontrar-se no cerne dos interesses megalíticos, genericamente manifestados por si, Possidónio não deixou de conceder igual atenção aos *menhirs*, para cujo estudo consultava periodicamente alguns arqueólogos estrangeiros (entre os quais o próprio É. De Cartailhac), nomeadamente no que à sua metodologia classificatória respeitava.

Entretanto, tinha sido realizado, em 1871, um mapa de distribuição dos *dolmens* portugueses, no âmbito da Direcção Geral dos Trabalhos Geológicos do Reino. Incidindo esse mapa sobretudo sobre a região de Évora, é possível que Possidónio tenha pretendido alargá-lo a outras regiões nacionais. Ambas essas iniciativas poderiam considerar-se verdadeiramente precursoras no âmbito dos estudos arqueológicos europeus da época, porquanto o investigador francês, Alexandre Bertrand, procederá a uma análise semelhante apenas em meados dos anos oitenta do mesmo século, embora de uma forma bastante mais abrangente, uma vez que pretendia abranger todo o território europeu.

Com base nas informações que lhe eram enviadas daquela mesma região durante o ano de 1876, bem como das do Minho, ao longo de 1879, Possidónio procedeu ao seu estudo comparativo, publicado e apresentado, nesse último ano, numa das sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, ocorrido, sucessivamente, em Bolonha, Bordéus e Bélgica, bem como no decorrer do Congresso da Associação Francesa para o Avanço das Ciências.

Essa constituiria igualmente uma forma de realizar a inventariação desses monumentos, nomeadamente ao salvaguardá-los graficamente para a posteridade. Um dos mais marcantes sócios da *Real Associação*, Gabriel Pereira, referiu, a esse propósito, que

“São os dolmens d’Evora sem duvida singulares e será o seu estudo importante para o fixar do estado da civilização e mútuas relações dos povos primitivos que por estes sitios estanciaram se attendermos às diferenças que há entre elles e os que noutras partes se encontram... não tanto na sua construcção, como da sua disposição, [relativamente aos] objectos que nos terrenos circunvizinhos se deparam. Os dolmens de Evora só se podem attribuir a povos da idade da pedra polida ou de bronze... Julgo que o Sul de Portugal, região até hoje pouco explorada pelos archeologos, pode, a mais de um respeito, fornecer dados importantissimos para os estudos que V.Ex.^a tanto aprecia”. (I.A.N./T.T., *Idem*, t.VIIIa), em 8^a, doc. 1260, 1876)⁵.

Denota-se, neste documento, a evolução teórica que se operava, na altura, no seio de alguns intelectuais portugueses, concernentemente ao estudo dos monumentos megalíticos. Pretender-se-ia, então, utilizá-los como indicadores das épocas arqueológicas, durante as quais aquelas edificações teriam sido construídas e utilizadas⁶.

Propunha-se, simultaneamente, que se procedesse a um estudo comparativo das suas estruturas, objectos encontrados, bem como da sua orientação. Efectivamente, já nessa altura se considerava que essa última característica formal dos monumentos em questão — a orientação cardinal da sua edificação — seria cronologicamente mais perdurável, porque superestrutural e, por isso mesmo, caracterizadora de agrupamentos populacionais muito específicos.

Pensamos, no entanto, que, se essa análise comparativa surgiu um pouco na senda dos procedimentos tipológicos levados a cabo essencialmente por arqueólogos dinamarqueses, não devemos igualmente esquecer a notória influência que o teórico alemão J. Winckelmann teria nesses

estudos. Com efeito, foi esse estudioso que, baseando-se na análise da evolução estilística, fundou, verdadeiramente, a História da Arte, ao mesmo tempo que concedeu um notório impulso ao desenvolvimento da Arqueologia — sobretudo clássica —, com a aplicação dessa mesma metodologia analítica.

Assim, se Possidónio conhecia bem os trabalhos dos arqueólogos escandinavos, interiorizou e aplicou os fundamentos metodológicos lançados por aquele historiador alemão, com os quais se deparara aquando da sua formação académica no seio da *École des Beaux Arts*, em Paris.

Com base naquela mesma comparação, pensou-se proceder a um estudo cartográfico dos monumentos megalíticos, com um carácter mais aprofundado, por forma a detectar uma eventual existência de agrupamentos no seu seio. Para além disso, esperava-se estabelecer a sua evolução cronológica. Supunha-se poder determinar-se, dessa maneira, possíveis relações diacrónicas e/ou sincrónicas, que tivessem ocorrido entre os construtores desses mesmos monumentos.

Na definição desse seu projecto, Possidónio ter-se-ia baseado em estudos similares, desenvolvidos por outros arqueólogos estrangeiros. E, tal como na maioria desses, também no delineado pelo investigador português se encontravam subjacentes outros propósitos, que não os iminentemente ligados ao de um melhor conhecimento dessas mesmas construções.

Verificamos, assim, que sobressaiam alguns intuitos do foro, não apenas regionalista, mas, sobretudo, nacionalista. Com efeito, ao determinar a anterioridade de algumas dessas edificações pré-históricas, comparativamente a outras, Possidónio perspectivava, não apenas fixar a sua evolução cronológica, ao longo do território nacional, delimitando possíveis agrupamentos, como, acima de tudo, detectar a sua zona de penetração. Advogava, assim, o carácter exógeno dessa realidade arqueológica, no nosso solo.

Interessante será ainda constatar que Possidónio transporia para o campo da investigação desses monumentos pré-históricos estudos similares levados a cabo por A. de Caumont, respeitantes às origens e propagação do estilo gótico, no continente europeu.

Na verdade, uma das questões primordiais que mais interessava descortinar seria a da anterioridade cronológica de algumas das principais e mais características construções e demais artefactos pré-históricos encontrados em território português, comparativamente aos detectados em solo espanhol. Com efeito, não devemos olvidar que a década em que esses estudos comparativos veriam o seu despontar entre nós — a de setenta —, revelar-se-ia, precisamente, a do reavivar de algumas antigas pretensões de união ibérica, manifestadas por uma larga faixa dos nossos políticos e intelectuais.

Firme e veemente opositor dessa linha, Possidónio pretendeu demonstrar, mediante as investigações arqueológicas, e à semelhança do que já, então, se praticava nos principais países europeus, não apenas aquela mesma precedência, como, nomeadamente, uma incontestável legitimidade do apartamento geográfico-político português, do espanhol, assim como a sua especificidade cultural.

Que outros monumentos pré-históricos poderiam determinar e confirmar tais aspirações nacionalistas, para além dos megalíticos, essas edificações secularmente registadas e estudadas, não apenas em função da sua peculiaridade, como, sobretudo, de toda uma áurea de desconhecimento e magia que, desde sempre, as teria envolvido, para além de demonstrarem o elevado poder criativo dos seus fazedores e vivenciadores?

Assim, e analisando comparativamente a formalidade construtiva dos *dolmens* existentes em território espanhol e nacional, Possidónio concluiria da posteridade cronológica dos últimos,

“porqu[anto] as pedras empregadas são mais regulares e os esteios conservam-se em posições mais próximas da vertical” (Mello, 1885, p. 121).

Proceder-se-ia, então, àquela que, na opinião de Possidónio, deveria constituir a verdadeira investigação arqueológica, ou seja, a interpretação dos dados materiais, de modo a discernir a dinâmica e estratégia de povoamento de cada região, onde aqueles monumentos fossem registados. Esse movimento poderia ser detectado, entre outras maneiras, mediante uma leitura vertical e horizontal das realidades materiais mais observadas, as quais, no caso concreto das estruturas megalíticas, iriam desde o Neolítico até à Idade do Bronze.

Aliás, já no Congresso de Bolonha, de 1872, se tinha debatido a questão inerente à passagem gradual do Neolítico para a Idade do Bronze, que se poderia confirmar, por exemplo, no aturado estudo estratigráfico das estações lacustres. Revelava-se, portanto, sintomática a crença evidenciada por Possidónio, relativamente à continuidade ocupacional das zonas geográficas, nas quais se localizassem *dolmens*. Seria, ainda, nesse sentido, que utilizaria a sua presença para detecção de estruturas romanas, que pudessem, eventualmente, localizar-se nas suas imediações

Possidónio perspectivou, então, uma comparação mais alargada, ao nível nacional, por forma a estabelecer eventuais agrupamentos formais construtivos desses monumentos. Faria, concomitantemente, transparecer a ideia, segundo a qual, a diferentes tipos de *dolmens*, deveriam corresponder diversos grupos populacionais. Pensamos, no entanto, que, nessa sua convicção, Possidónio terá sido fortemente influenciado pelo resultado de algumas descobertas arqueológicas entretanto efectuadas em Portugal.

Entre três desses dolmens, surgiu um com o esteio de cabeceira apresentando uma considerável perfuração, o que, no entender de alguns, constituía o primeiro caso desse género, encontrado entre nós, e, por isso mesmo, de notória relevância arqueológica. Tendo acesso à maior parte da bibliografia especializada em Arqueologia, publicada além-fronteiras, Possidónio ponderou a existência, em França, de um *dólmen* com características semelhantes àquela, criticando a tese defendida pelo arqueólogo francês Léon de Vesley. Segundo este autor, a laje furada teria servido para introduzir os mortos no interior do monumento, o que Possidónio objectava, afirmando que se servissem para o fim designado, então todos os dolmens deveriam apresentar idêntica disposição (Silva, 1878, p. 90-91), o que, na realidade, não sucedia.

Entretanto, e após uma sistemática investigação no terreno, e aturada análise dos dados obtidos, Possidónio apresentou uma representação gráfica de alguns dos *dolmens* e respectivos objectos encontrados entre nós, numa das sessões da *Société Française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*.

Seria em consequência dessa sua comunicação, que O. Montellius se deslocaria a Lisboa, em 1879, propositadamente para analisar alguns daqueles objectos, que se encontravam, na altura, expostos no Museu Arqueológico do Carmo, pertença da *Real Associação*, comentando, posteriormente, que considerava os estudos arqueológicos em Portugal, de uma forma geral,

“beaucoup plus avancés qu'en Espagne [e] peut nous donner la solution de bein des questions importants relatives aux peuples des dolmens” (I.A.N./T.T., *Correspondência...*, t. XI, em 8.^a, doc. 1767, 1879).

Assim, para além de corroborar a convicção de Possidónio, segundo a qual Portugal constituía, não apenas um dos territórios onde aquelas estruturas surgiam em maior número, como revelava algumas das mais antigas, senão da Europa, pelo menos da Península Ibérica, aquele arqueólogo sueco sublinhava, uma vez mais, a sua teoria difusionista. No entanto, e relativamente à propagação específica das estruturas megalíticas no Continente Europeu, acreditava que teria ocorrido, precisamente a partir do Norte da Europa.

Para além daqueles *dolmens* intactos, Possidónio encontrou outros quatro, quase totalmente destruídos, para além de um *menhir*, tombado no terreno, com a face lavrada para o chão. Não deixou, no entanto, de sublinhar que os proprietários do terreno ter-se-iam comprometido em levantá-lo. Contudo, o *menhir* seria rapidamente destruído pela população local, em busca de algum tesouro enterrado.

Sublinhava, assim, o total desconhecimento populacional relativamente à relevância histórica daqueles artefactos pré-históricos, bem como da importância, e urgência, da sua salvaguarda, desiderato este, por cuja concretização Possidónio se bateu durante toda a sua vida, nomeadamente através da perspectivação dos mais variados projectos que pudessem conduzir à vulgarização dos estudos arqueológicos no mais vasto espectro do nosso tecido social, de então.

Para além do levantamento gráfico e cartográfico dos monumentos megalíticos, Possidónio solicitou aos sócios correspondentes da *Real Associação*, que procedessem à inventariação toponímica do termo *anta*, ou seja, a designação portuguesa para *dolmen*.

Requerimento esse que faria tanto mais sentido, porquanto na província nortenha do Minho, por exemplo, existiam inúmeras localidades com a designação de *Anta*. Poder-se-ia, portanto, inferir a localização de dolmens nas cercanias dessas mesmas povoações.

Essa solicitação evidenciava, igualmente, a noção que Possidónio detinha da relevância do levantamento toponímico, enquanto um dos métodos mais importantes de prospecção arqueológica. Para a sua concretização, considerava relevante proceder à recolha das mais variadas tradições orais, locais e regionais, que pudessem, de alguma maneira, desvendar a existência de construções antigas, que as populações reportariam à época dos mouros, edificações essas que, na maioria dos casos, revelavam-se, precisamente, monumentos megalíticos. Ainda a propósito da importância desse tipo de prospecção, um dos consócios mais destacados de Possidónio, no seio da *Real Associação*, Ignácio de Vilhena Barbosa, referiu que deveria

“[...] haver na...provincia [do Minho] varias povoações e muitos logares ermos com a denominação de *Anta* ou *Antas*. Os nossos antepassados davam este nome aos dolmins, na persuasão de que tinham servido de aras gentílicas, sobre as quaes faziam seus sacrificios os povos que as construíram, immolando victimas ás divindades a que rendiam culto. Portanto, é fôra de duvida de que em todas as povoações e logares, tanto do Minho como de outras provincias, designados com o nome de *Anta* ou *Antas*, houvera outr’ora dolmins” (Barbosa, 1868, p. 37).

Seria precisamente por considerar a inegável importância que um levantamento com essas características poderia assumir, que a *Real Associação* formularia um questionário geral, especialmente concebido para o efeito, no qual se incluía a designação, entre outras, de “pedras levantadas”, “pedras de raio” e “ardosias lavradas”, como seriam conhecidas entre as populações locais determinadas edificações megalíticas, como alguns dos artefactos móveis que mais frequentemente se encontravam no seu interior e imediações.

Para além de pedir que concretizassem esse tipo de investigação, Possidónio da Silva instruíra aqueles mesmos sócios correspondentes, no sentido de confirmarem a existência, tanto das construções megalíticas, anteriormente registadas por outros estudiosos, como a de muitas outras, mencionadas pelas populações nas respectivas localidades e regiões.

Possidónio acalentava, e procedia à concretização de todo esse projecto, pelo menos, desde inícios dos anos setenta. Esse plano incidiria, inicialmente, sobre a região minhota, precisamente pelo facto de que

“on supposait que dans cette province il devait y avoir eu beaucoup de ces constructions préhistoriques, parce qu’il y a plusieurs bougardes qui conservent le nom d’Antas” (Silva, 1879, p. 2).

Essa investigação alargar-se-ia, paulatinamente, a outras zonas geográficas do país, nomeadamente ao Alentejo, mas que, precisamente em consequência do crescente abarcamento, tanto territorial, como tipológico, que um tal empreendimento ia assumindo, seria posteriormente desenvolvida no âmbito da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*. Essa instituição pública seria fundada por instâncias pessoais do próprio Possidónio da Silva, em 1880, uma vez que acreditava que o estudo exaustivo e uma política concertada de salvaguarda de todo o património arqueológico português, deveriam permanecer sob alçada do Estado, como único garante da sua concretização, à semelhança do que seria efectuado na maioria dos países ocidentais. Essa iniciativa revelar-se-ia tanto mais perscrutadora, porquanto, em França, uma investigação similar à dos monumentos megalíticos, realizar-se-ia somente em 1877.

No entanto, Possidónio catalisou todos os seus esforços e conhecimentos pessoais para a delimitação do projecto de realização do referido mapa dos *dolmens*. Consultou, para tal, amiudadamente, alguns dos seus colegas estrangeiros. De entre eles, destacamos, a título meramente exemplificativo, um dos mais carismáticos membros da *Société des Antiquaires du Nord*, o arqueólogo francês, Ch. Laurière, o qual expressou o desejo de que

“Votre Carte des Dolmens du Portugal...soit accompagnée d’un texte explicatif, indiquant la nature et la place occupée par les divers objets trouvés à votre connaissance...et particulièrement ce qui manque dans presque toutes les descriptions de ce genre, les éléments nécessaires pour apprécier, par comparaison, l’âge des potteries, l’aser ou débris de vases, c’est-à-dire, la composition de la pâte, sa couleur, son genre de fabrication à la main ou au tour, le degré de cuisson, lorsqu’ils ont passé au four, la forme. Ce travail sera l’un des plus utiles pour résoudre définitivement la question de l’origine des antiques populations de l’Iberie: il nous aiderait aussi beaucoup, en France, à reconnaître quels liens ont réellement existé entre les plus anciens habitants de votre péninsule et ceux de notre pays” (I..A.N./T.T., *Correspondência...*, t.VIIIa), em 8^a, doc. 1353, 1876).

Sugeria, então, Laurière que se procedesse a um estudo minucioso do espólio cerâmico descoberto nas escavações dos *dolmens*, por forma a efectuar a comparação, não apenas entre aqueles artefactos móveis, como, sobretudo, entre as estruturas que lhes estariam inerentes.

Aquele investigador francês ponderava que, precisamente a cerâmica, constituía o tipo de material arqueológico mais susceptível às alterações operadas ao nível social, nomeadamente no que às vivências internas das populações respeitava. Assim, o material cerâmico podia evidenciar influências exógenas ocorridas no seio dessa mesma realidade superestrutural. No seu entender, os objectos de cerâmica podiam revelar-se um fiável *fóssil director*, no estabelecimento da cronologia dos monumentos, no interior dos quais eles fossem encontrados. Ainda na sua base, poderia proceder-se a um ulterior exercício de cronologia cruzada, entre os seus respectivos monumentos edificados, permitindo, assim, inferir uma maior antiguidade de uns, relativamente a outros.

Essas ponderações conectavam-se a algumas convicções difusionistas, que eram, então, propagadas no seio da comunidade científica europeia e nacional, e no seguimento das quais chegou-se a sugerir a existência de um *povo nomada dos dolmens*.

Interessante será verificar que, para além de Possidónio, outros notórios sócios da *Real Associação*, embora não renegassem essa teoria difusionista, alteravam, posteriormente, o seu ponto de vista relativamente à origem geográfica desse hipotético “povo nómada”. Se comungavam inicialmente da opinião perfilhada por diversos arqueólogos europeus de então, sobretudo dinamarqueses e suecos, segundo os quais a etnogénese daquele “povo nómada” se encontraria na Europa do Norte, defendiam, ulteriormente, a sua precedência semítica.

Para além da implícita necessidade de prestigiar o registo bíblico, a convicção dessa origem oriental expressava, simultaneamente, as ponderações contemporâneas relativamente à possível anterioridade cultural da Europa do Sul *versus* Europa do Norte. Evidenciava, igualmente, a continuidade dessa mesma expressividade cultural, traduzida numa herança directa das civilizações pré-clássicas do Próximo Oriente, com todas as implicações ideológicas que se pudesse daí inferir.

Essa polémica teria sido levantada pelos investigadores nórdicos como forma de fazer frente quer à preponderância de uma cultura clássica — cujos vestígios escasseavam nos seus territórios — quer, ainda, às pretensões integracionistas germânicas. Um dos sócios da *Real Associação*, A. F. Simões, revelou-se um dos primeiros investigadores nacionais a defender a teoria da evolução endógena dos megálitos, no que partilhava a linha de pensamento de O. Montelius, para o território sueco, convicção essa que seria, ulteriormente, perfilhada pelo investigador francês É. de Cartailhac, na sua obra, publicada em 1886, *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, na qual declarava revelar-se Portugal o território primordial daquelas edificações pré-históricas.

Ademais, essa temática seria longamente debatida na imprensa periódica nacional da época. Entre os múltiplos artigos publicados sobre o assunto, destacamos o intitulado *Pedras Sagradas*, de 1850, editado no *Archivo Pittoresco*. Nele, o seu autor referia o difusionismo enquanto a principal explicação para a existência daqueles monumentos em zonas, geograficamente tão distantes como o Vale do Ganges e a Península Ibérica. Já em 1837, se traduzira e publicara, na revista *Bibliotheca Familiar e Recreativa* — com assumidas conotações católicas —, uma passagem da obra de Holbach, *Sistema Social*, na qual se mencionava, a dado momento, que “O acaso faz muitas vezes que alguns homens saídos de nações esclarecidas, vão viver entre os selvagens...[para] levar-lhes artes uteis”. Palavras estas que denunciavam uma assumida postura paternalista, característica do colonialismo europeu ocidental de Oitocentos.

Não obstante, o próprio Possidónio da Silva parecia, pelo menos numa fase inicial das suas investigações arqueológicas, perfilhar essa mesma ideia, isto é, a de uma precedência exógena dos monumentos megalíticos, enquanto uma das explicações mais plausíveis para a sua emergência em território nacional. É, pelo menos, o que se pode deprender do teor de uma das cartas, que enviou ao arqueólogo italiano Gozzadini, em 1872:

“À Bordeaux, dans l’Association pour l’Avancement des Sciences, j’ai pris part aux travaux de deux sections; dans celle d’Anthropologie, j’ai informé qu’elle était la province en Portugal, où il y avait plus de Dolmens, et pour cette circonstance, en aux autres monuments de cet espèce que, existent en France et en Espagne ou pourra, peut-être, découvrir qu’elle aurait été le chemin que les cistes ont fait pour pénétrer en Europe” (I.A.N./T.T., *Idem*, t. V, em 8.^a, doc. 735, 1872).

Corroborava, dessa forma, a convicção veiculada por outros nomes da Antropologia e Arqueologia europeias, segundo a qual os construtores dos megálitos teriam surgido na Península Ibérica através do território francês, crença que, no entanto, contradizia uma outra, evidenciada pelo próprio Possidónio, e segundo a qual os monumentos megalíticos, em território nacional, aparentavam ser cronologicamente anteriores aos espanhóis. Pretenderia terem os seus construtores penetrado por via marítima?

Não bastava, contudo, a tradicional comparação formal e decorativa da cerâmica, na boa tradição winckelmanniana, para o estabelecimento da almejada cronologia das estruturas megalíticas. Era, igualmente, necessário proceder a uma comparação mais aprofundada dos objectos cerâmicos, analisando o tipo de pasta e de cozedura, por forma a estabelecer a origem endógena ou exógena desses mesmos recipientes, estudo esse, que seria, posteriormente, acrescentado, sobretudo em França, pelo exame e análise osteológica, dos inumados. Procurava-se, dessa forma, estabelecer uma unidade étnica, que, eventualmente, tivesse existido entre os construtores daquelas edificações. No seio da *Real Associação*, chegou mesmo a afirmar-se que seria em virtude do estudo dos vestígios da fauna antiga associada aos artefactos de pedra, que se poderia admitir que os mais antigos vestígios da presença humana se encontravam, precisamente, no centro da Europa, bem como nas margens do Mediterrâneo.

A importância da realização de *cartas*, semelhantes à delineada por Possidónio, seria largamente ponderada noutros países. Em França, por exemplo, pugnou-se no sentido de cada região mandar executar a sua própria “carta”, o que facilitaria os estudos comparativos dos monumentos megalíticos, existentes nas suas mais diversas regiões.

A relevância dessa comparação, seria igualmente demonstrada por Possidónio, numa comunicação que efectuou na *Association Française pour l'Avancement des Sciences*, na sua reunião de Montpellier. Referiu, então, que, durante o estudo que realizara no nosso país, teriam dado preferência

“aux cours de rivières [porquanto] ils ont en suite laissé ces monuments sur leur chemin pour marquer leur passage dans la contrée aux tribus qui les auraient suivis dans leur immigration, pour les indiquer aussi où étaient ensevelis leurs chefs” (Silva, 1879, p. 1).

Defendia, assim, o carácter exógeno daqueles monumentos em território nacional, bem como, implicitamente, a tese das vagas migratórias.

Numa tentativa de interpretar historicamente o significado dos monumentos megalíticos, em geral, e dos *dolmens*, em particular, Possidónio analisou-os enquanto sepulcros sacerdotais, ou jazigos de chefes celtas, segundo uma ideia igualmente partilhada pelo arqueólogo francês De Cogny. Reputá-los-ia, por isso, de estruturas eminentemente sagradas, no que seria secundado por outros consócios. Desfaria, dessa forma, a ideia preconcebida, segundo a qual aqueles monumentos constituiriam altares druídicos.

A elaboração do mapa deveria, no entanto, obedecer a diversos preceitos metodológicos, sem os quais a sua utilização científica permaneceria estéril.

Essa, constituiria, aliás, uma das principais temáticas discutidas em 1878, durante o Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Budapeste. Seria no seguimento das disposições aí aprovadas, que Possidónio passaria a empregar os

“signes adoptés par le Congrès de Budapest, selon le travail présenté par notre collègue. M.E.Chantre, afin de faciliter à nos confrères étrangers la désignation de ces constructions mégalithiques qu’on trouve aussi en Portugal, et même pour rendre plus commun l’usage de ces signes dans nos études archéologiques” (Silva, 1879, p. 4).

Esse *modus faciendi* seria igualmente elaborado e utilizado por G. de Mortillet com a intencionalidade primordial de proporcionar uma maior uniformidade aos mapas dos artefactos pré-históricos. Pretendia-se, assim, facilitar a sua leitura, ao mesmo tempo que a sua própria execução.

Para além da sinalização, o Congresso de Budapeste sublinhara a importância da fixação, para cada mapa, de uma baliza cronológica referente aos monumentos edificadas assinalados. Perspectivava-se, assim, facilitar a sua ulterior comparação, bem como o estabelecimento da anterioridade temporal de algumas dessas estruturas, relativamente a outras.

Essa conceptualização seria interiorizada e aplicada por alguns membros da *Real Associação*, nomeadamente ao afirmarem que as idades arqueológicas só poderiam ser concebidas e aplicadas regionalmente. Essa convicção arredava a idealização de uma cronologia sincrónica, adaptável a todas as regiões do globo, ao mesmo tempo que se consciencializava a impossibilidade da existência de um sincronismo evolutivo pré-histórico. Essa inferência adviria das investigações arqueológicas, entretanto levadas a cabo um pouco por todo o Mundo e, sobretudo, no continente europeu.

Sinalizando no mapa os monumentos megalíticos edificadas então conhecidos em território nacional, Possidónio pretendia igualmente sensibilizar as autoridades competentes para a importância do seu estudo e para a urgência da sua salvaguarda. Aspirava, simultaneamente, instigar os intelectuais provinciais para a relevância que tal procedimento poderia assumir na investigação da História local.

Apesar das constantes destruições de monumentos arqueológicos não se reportarem exclusivamente a construções megalíticas, nem tão pouco se restringirem ao território nacional, sublinhava-se a importância em apelar à expropriação daqueles que se encontrassem na iminência de serem rapidamente vilipendiados. Não obstante, Possidónio teve todo o cuidado em divulgar os escassos exemplos de todos aqueles proprietários rurais que, de alguma forma, contribuíam para a preservação dos monumentos arqueológicos, em geral, e dos pré-históricos, muito particularmente.

Essa preservação assumia, ao nível regional, uma importância acrescida. Para além de permitir um melhor conhecimento da sua História, ela podia revelar-se uma verdadeira atracção turística, sobretudo se alguns desses monumentos fossem classificados de “nacionais”, à semelhança do que era praticado noutros países europeus. Seria nesse sentido que a *Real Associação* considerava pertinente a fundação de uma instituição governamental que promovesse a formação de um grupo de delegados, aos quais caberia a inspecção periódica do estado de conservação das estruturas arqueológicas existentes no interior do país.

Perante o facto de que um levantamento completo de todos os monumentos megalíticos existentes no nosso território constituía tarefa a realizar por mais de uma entidade, sobretudo numa época em que a criação de uma instituição governamental ainda não era economicamente comportável, e numa altura em que muitas das personalidades regionais e locais não se encontravam culturalmente apetrechadas, Possidónio perscrutava alternativas para a concretização de um tal projecto. Seria assim que decidiria abrir um concurso acessível a todos os investigadores e arquitectos nacionais, cujo principal propósito residia na inventariação daqueles monumentos, existentes nas mais diversas regiões de Portugal.

Esse propósito não alcançaria, no entanto, a abrangência pretendida. Esse facto decorria quer de um desinteresse generalizado pela maioria das questões respeitantes aos estudos pré-históricos — e para o qual contribuíam a visível influência que a tradição católica ainda detinha no seio da nossa sociedade, de um modo geral, e de alguma da nossa intelectualidade, muito especialmente —, quer ainda pela persistência de um certo receio em defrontar algumas das prin-

cipais premissas religiosas que ainda preponderavam no seio da nossa sociedade. Essa ascendência seria sobretudo notória no interior do país, tradicionalmente mais conservador e crítico relativamente a todo o tipo de iniciativa que pudesse, de alguma forma, questionar a mundividência secular, na qual tinham sido educados, e que, no fundo, lhes concedia uma certa paz e segurança interior, porque inquestionável, universal e eterna.

Investigações no terreno

Para além do esforço que envidava pessoalmente, no sentido de se proceder a uma inventariação generalizada dos monumentos megalíticos, existentes no nosso território, Possidónio investigava igualmente alguns *dolmens* “metodicamente escavados”, nomeadamente dos localizados na região alentejana de Elvas, nos inícios dos anos oitenta do século XIX.

Embora esse seu procedimento surgisse em consequência de toda uma linha de investigação, traçada na década precedente, não podemos olvidar um outro factor, de não somenos importância.

É que, logo após a realização do IX Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, na cidade de Lisboa, no ano de 1880, diversos arqueólogos estrangeiros, alguns de renome internacional, e subvencionados pelos seus respectivos governos, manifestaram todo o interesse em regressar a Portugal, dessa feita com o intuito de proceder a escavações no nosso solo, enviando o espólio encontrado para os principais museus dos seus respectivos países. Constatação essa, que, para além de impedir que fossem as nossas próprias instituições a assumir esse papel, transmitia, no estrangeiro, uma imagem do nosso país que não seria propriamente dignificante, ao demonstrar uma inferioridade científica e estatal, em todo esse processo.

Sabemos que Possidónio nunca deixou de expressar o seu mais vivo e profundo repúdio e descontentamento por essa prática, criticando, de forma assaz veemente, não os arqueólogos estrangeiros, propriamente ditos, porquanto limitavam-se a realizar os seus próprios projectos de investigação, mas, antes de mais, o governo português, pela sua cumplicidade e ineficácia em todo esse processo.

Fosse ao nível da arquitectura, que se praticava no nosso país, fosse, ainda, ao nível dos estudos que se realizavam, em matéria de Arqueologia, de um modo geral, e de Arqueologia Pré-histórica, muito especialmente, o nosso investigador nunca deixou de mencionar uma notória deficiência que os governos portugueses teriam, desde sempre, evidenciado pelos autores estrangeiros, frequentemente, em detrimento dos nacionais.

Consciencializando que a persistência de uma tal atitude podia atrasar o nosso país nesses campos do conhecimento humano, nomeadamente ao tornarmo-nos dependentes da vontade e capacidades alheias — fossem elas intelectuais, ou financeiras —, Possidónio decidiu levar a cabo uma série de actividades que pudessem, de alguma forma, contrariar essas ideias preconcebidas e um certo *status quo*. Situação que inviabilizava, entre outras, a concretização das mais variadas iniciativas, particulares, ou colectivas, públicas ou privadas, tendentes a desenvolver, neste caso concreto, os estudos pré-históricos portugueses, ao mesmo tempo que elevar a consideração que teriam de nós, no estrangeiro.

Assim, a iniciativa de proceder à investigação de todo um conjunto de estruturas megalíticas, na supra citada região de Elvas, tinha como um dos principais propósitos, precisamente o adiantar-se aos demais estudiosos estrangeiros, que pretendessem efectuar esse tipo de intervenção entre nós, precisamente durante a década de oitenta.

Consequentemente, e para além de evidenciar um manifestado e arreigado sentimento nacionalista, Possidónio consciencializava que os seus esforços poderiam induzir algumas das principais personalidades locais a despertar para a importância desses estudos, bem como as populações para a relevância da sua salvaguarda. Esse despertar podia ser demonstrado, entre outros meios, mediante toda uma promoção turística que poderia ser efectuada, tanto a nível nacional, como até internacional. Essa promoção podia, em última análise, incentivar o comércio regional e local, donde, a sua própria economia e crescimento do nível de vida dos habitantes da zona.

Uma das formas que Possidónio considerava poder viabilizar esses intuitos, ou seja, de concessão de uma mais valia às regiões que possuíssem mais vestígios arqueológicos, revelar-se-ia na constituição de pequenos núcleos museológicos, a um nível regional, local, e, sobretudo, municipal, nível esse que Possidónio pretendia dever assumir um papel crucial na promoção dos estudos arqueológicos nos seus limites administrativos, ao mesmo tempo que a divulgação e salvaguarda da memória histórica, que se pretendia comum a todas as suas populações. Esse processo de rememoração devia assumir um papel catalisador de um certo sentimento de união, através da consciencialização da singularidade das suas próprias Histórias, diferenciáveis das demais zonas do país. Esse facto podia, em última instância, instigar, de uma forma mais evidente, não apenas a curiosidade pelos seus respectivos passados, como, sobretudo a perseguição do seu estudo e preservação dos seus vestígios.

Seria, assim, que decidiria doar a maior parte do espólio que encontrara durante as escavações nos dolmens de Elvas à respectiva Municipalidade, sem, contudo, perspectivar o envio de outros para o próprio Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, e pertença da *Real Associação*, que assumia, então, o papel de autêntico Museu de Antiguidades Nacionais, pelo menos até à inauguração do Museu Etnológico de Belém, nos inícios dos anos noventa do século XIX.

Esse procedimento denunciava, na sua essência, uma modificação na postura de Possidónio relativamente à política museológica que deveria ser implementada e praticada no nosso território. Na verdade, passara a considerar a hipótese de legar parte significativa dos espólios encontrados durante as suas investigações às diversas municipalidades portuguesas, em cujos perímetros geográficos fossem efectuadas, concessão essa que seria, no entanto, efectuada unicamente quando as suas administrações garantissem a sua efectiva conservação e conveniente divulgação junto do mais vasto tecido social da época. Ademais, o próprio Museu da Câmara Municipal de Elvas seria instituído graças às suas instâncias pessoais.

Mas, a escolha da região de Elvas não seria aleatória. Com efeito, Possidónio consciencializava, já nos inícios dos anos oitenta, que o Alentejo se revelava crucial no estudo e entendimento de toda uma tipologia megalítica, fosse ela edificada, ou móvel. Seria munido dessa convicção, que procederia a uma extensiva prospecção da região, durante a qual encontrou doze dolmens, dos quais escavou dois, ou seja, precisamente aqueles que se encontrariam estruturalmente intactos. Essa escolha decorreu não apenas do interesse que os monumentos inviolados despertavam em qualquer investigador, ao permitirem uma análise mais completa e objectiva das realidades encontradas, em contexto fechado, como, sobretudo, pela projecção nacional que o estudo de um monumento intacto podia alcançar, confirmando a urgência da sua salvaguarda. Preservação essa que se tornava tanto mais urgente, porquanto o nosso país carecia de uma legislação nesse sentido, nomeadamente no que à responsabilização dos proprietários dos terrenos respeitava.

Seria nesse mesmo sentido que Possidónio nunca deixaria de mencionar e divulgar os escasos exemplos dados por alguns daqueles proprietários, que tudo fariam em prol do desenvolvi-

mento dos estudos arqueológicos no nosso território, ao permitirem, entre outras acções, a realização de escavações no perímetro das suas propriedades, assim como ao procedimento da salvaguarda das estruturas encontradas.

Revelar-se-ia esse o caso de um dos proprietários da região do Crato, no Alentejo, com o qual Possidónio acordara em permitir que o dólmen permanecesse na posição em que o encontrara.

Entretanto, não deixava de divulgar internacionalmente essas investigações, apresentando alguns dos artefactos encontrados. Seria esse o caso do Congresso Arqueológico de La Rochelle, em 1882, promovido pela *Société Française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*, durante o qual suscitaram um notório interesse, sobretudo "...pela sua extrema delicadeza e perfeição do trabalho".

No decurso dessas investigações, Possidónio encontrou alguns objectos que considerava específicos da região alentejana, conjuntamente à própria particularidade estrutural dos seus *dólmens*. Efectivamente, a construção dos dólmens dessa região portuguesa, sobretudo da zona da cidade de Évora, diferia notoriamente das restantes regiões do nosso país. Os seus dolmens evidenciavam uma pesada cabeceira, colocada verticalmente, em cuja direcção seriam colocados, inclinadamente, os restantes esteios, sendo que o esteio da entrada da câmara apresentava dimensões aproximadas às do da cabeceira.

Relativamente aos artefactos móveis, que acreditava serem, não apenas específicos da região alentejana, como, sobretudo, característicos de toda uma expressividade megalítica portuguesa, eles revelavam-se as conhecidas placas de xisto, as mesmas que Possidónio designava por *placas prehistoricas* ou *placas de ardozia*.

Não obstante, Possidónio da Silva não se revelava o único investigador nacional a considerar esses objectos como característicos dos nossos monumentos megalíticos. Assim, um dos mais notórios estudiosos da Arqueologia nacional de Oitocentos, Augusto F. Simões, referia que as *placas* teriam sido encontradas unicamente no nosso território, mencionando que a sua utilização e significado permaneciam, no entanto, desconhecidos⁷.

Essa especificidade viria, no fundo, corroborar a pretensão anteriormente manifestada por Possidónio, segundo a qual os monumentos megalíticos encontrados em solo português seriam mais antigos do que, pelo menos, os localizados em território espanhol. Seria uma evidência mais, não somente da particularidade da nossa cultura, como, sobretudo, da validade da independência político-geográfica do nosso país.

Para além disso, o nosso investigador considerava possível estabelecer uma evolução temporal desses mesmos artefactos, mediante a aplicação do método winckelmanniano, com base na sua análise estética, nomeadamente das profusas linhas geométricas (sobretudo triangulares), predominantemente trapezoidais, e incisas na superfície nas placas de xisto. Determinação evolutiva essa que teria subjacente a si um outro propósito, bastante mais abrangente e significativo.

Assim, Possidónio pretendia inferir a evolução das edificações megalíticas, em si, mediante o tipo de placas de xisto que se encontrassem no seu âmbito; uma eventual contemporaneidade, de algumas delas, para além da continuidade da sua utilização, sobretudo se se encontrassem *placas* atribuíveis a diferentes épocas. Ainda no seu entender, essas *placas* teriam igualmente um carácter social distintivo, porquanto pressuponha terem sido utilizadas ao peito, como colares, em virtude do orifício que apresentavam no seu topo. Essa distinção seria acrescentada pelo facto de constituírem uma raridade, no seio de todo o espólio megalítico encontrado, como, ainda dos seus tamanho e decoração invulgares.

2.2. Outros estudos pré-históricos: as grutas de Palmela

De uma forma geral, pensamos que Possidónio passaria a interessar-se pelos estudos neolíticos, de um modo geral, sobretudo a partir dos anos setenta, nomeadamente após a sua presença na sessão de 1877, da *Société Française d'Archéologie pour la Conservation des Monuments Historiques*. Com efeito, seria durante os seus trabalhos que se desrinçaria, pela primeira vez, o Neolítico enquanto época arqueológica com características muito próprias. Aliás, durante esse encontro, referir-se-ia que “les expressions archéolithique et néolithique ont pour synonymes: âge de la pierre taillée et âge de la pierre polie” (*Séances Générales...*, XLIV^{ème} s^éssion, 1877, p. 27)⁸.

Quanto a Possidónio da Silva, considerava que os estudos neolíticos poderiam revelar-se imprescindíveis na análise comparativa do processo de evolução tecnológica dos diferentes construtores e utilizadores dos monumentos megalíticos, desde, precisamente, o Neolítico, até à Idade do Bronze. Para além disso, pretendia efectuar essa comparação não apenas entre os localizados em diferentes regiões de Portugal como na Europa no seu todo. Aspirava, assim — uma vez mais à semelhança do que realizavam outros arqueólogos europeus (entre os quais, o próprio O. Montelius) — estabelecer o seu percurso difusionista.

Constatamos, assim, que Possidónio procedeu a uma série de investigações em sítios da denominada “Pré-história Recente”, em diversas grutas naturais e artificiais do centro do país, ou seja, nos denominados *hipogeus* e *tholoi*, durante as quais descobriu um diversificado espólio, quase integralmente depositado no Museu Arqueológico do Carmo.

Seriam, contudo, as grutas de Palmela⁹ as que maior interesse lhe despertaram, sobretudo pelo espólio cerâmico que aí encontrara. Conjunto ceramológico esse, que seria essencialmente composto de vasos campaniformes¹⁰, designando-os por *genero de Palmella*. Esses recipientes pertenceriam ao horizonte cultural, localizado cronologicamente na charneira entre o Calcolítico e a Idade do Bronze.

Presentemente, considera-se que, no âmbito genérico do vaso campaniforme, clássico e de estilo, dito marítimo, os vasos do “tipo de Palmela” se caracterizavam por apresentarem, na sua essência, taças de tamanho médio e grande, pontilhadas, com bordo largo e face interna proeminentemente escavada. Diferencia-se, assim, do “tipo Alapraia”, com bordo simplesmente decorado. A gramática decorativa do “tipo de Palmela” compõe-se, sobretudo, de linhas horizontais, faixas tracejadas, perfazendo espinhas, métopas e escadas simples, ziguezagues horizontais, bem como triângulos.

Será, talvez, interessante compararmos essas características com as atribuídas por Possidónio. Assim, considerava essa cerâmica como sendo composta de vasos

“[...] ornados de uma maneira excepcional de apreciavel interesse archeologico. Alguns são de pequenas dimensões de argila vermelha e parda, assa bem cosida, delgados e com desenhos grandes, quando o barro estivesse ainda fresco...A representação do ornato concavo seria obtida não somente pelo emprego de moldes...[mas também pelo do] rolete” (Silva, 1877, p. 167-168).

Essa notória especificidade ornamental revelava, na sua óptica, um notório interesse arqueológico, sobretudo atendendo à possibilidade de se proceder, com base na sua análise, à delineação de um grupo muito específico e diferente dos demais, não apenas em território nacional, como europeu.

Procedendo a uma aturada e criteriosa análise estética dessa cerâmica, Possidónio ponderaria igualmente a sua funcionalidade, considerando que o os bicos, existentes no fundo de alguns

dos vasos, levariam a pensar que teriam servido para os firmar no solo, de molde a mantê-los equilibrados, ao mesmo tempo que outros apresentavam fortes indícios de terem permanecido suspensos, em virtude dos orifícios que apresentavam junto dos bordos:

“Alguns d’estes vasos...[têm] os fundos bicudos...ficando o bico firmado na terra...afim de não derramar o liquido...[havendo] outra variedade...com o feitio de taça, com ornamentação interna e externa, mas tambem sobre a borda...acharam-se outros...com o feitio de uma tijella, tendo a borda revirada para dentro com sufficiente largura para se ter podido abrir oito furos para levar corda e ficar suspenso; seriam para conservar comida ou fructos sem ser destruidos” (Silva, 1877, p. 167-168).

Para além de considerar essa cerâmica característica dessa zona específica do nosso território, Possidónio concluía, com base na análise da sua distribuição geográfica, que a mesma não se localizava, no interior dos países. No seu entender, ela localizar-se-ia nos seus limites marítimos, o que faria pressupor a sua origem exógena, para além de evidenciar uma possível manutenção de relações entre as diversas populações que a detivessem. Para além dessas inferências, Possidónio considerava que a presença dessa cerâmica apontava para uma actividade das suas comunidades de carácter essencialmente piscatório.

Ainda para este autor, as investigações em grutas revelavam-se particularmente importantes, pela possibilidade de proceder à sua leitura, privilegiadamente estratigráfica. A esse propósito, Possidónio considerava lamentável que não se procedesse a escavações integrais dos seus interiores, porquanto o seu estudo possibilitava a determinação (ou não) da sua continuidade ocupacional.

2.3. *Estudo da Idade do Bronze*

Atendendo ao interesse que manifestava pelo estudo de sítios arqueológicos que evidenciassem uma ocupação humana sequencial, sobretudo por possibilitarem uma análise de todo o seu processo evolutivo, Possidónio debruçar-se-ia, muito logicamente, sobre temáticas concernentes à Idade do Bronze, no seguimento das investigações que realizava sobre os monumentos megalíticos. Na verdade, Possidónio manifestou esse interesse até ao final da sua vida. Assim, um ano antes do seu falecimento, Possidónio escreveu entusiasticamente ao seu amigo de longa data, Júlio de Castilho, anunciando-lhe que

“Mais uma nova descoberta feita agora em Alcobaça de duas sepulturas da idade do bronze! São raras na nossa terra, e sobretudo por se lhes encontrar enfeites com esse metal; porque a industria do bronze e foi na primitiva o sumareo emprego: portanto é mais uma conquista para os nossos estudos prehistoricos: ainda bem” (I.A.N./T.T., *Colecção Castilho*, Maço 7, Cx.5, doc. 320).

Manifestava essa curiosidade de uma forma mais evidente e sistemática, logo a partir de meados dos anos sessenta, com a descoberta de um machado de bronze, no decurso de umas escavações arqueológicas, que levava a cabo nas cercanias de Lisboa.

Possidónio considerava pertinente enviar à Sociedade Real de Arqueologia da Dinamarca o desenho desse machado, colorido e à escala real, por considerar essa instituição a que se encon-

trava, na altura, mais habilitada a proceder a um estudo comparativo daquela natureza. A sua pertinência revelava-se, entre outros, no facto dos arqueólogos escandinavos terem, entretanto, publicado alguns trabalhos acerca da difusão da Idade do Bronze, através da Europa, nomeadamente da metalurgia dos machados. Não podemos esquecer que seria, por exemplo, O. Montelius, o primeiro arqueólogo europeu a estabelecer um estudo comparativo das suas formas, bem como a evolução cronológica dos machados de bronze, de uma maneira geral.

Possidónio não seria o único investigador nacional a tomar uma iniciativa similar. Com efeito, e desconhecendo similitudes em território nacional, já Pereira da Costa teria realizado a cópia de um machado de bronze mediante o processo de moldagem, que enviara a G. de Mortillet, quem teria, entretanto, publicado na *Révue Archéologique de France* um projecto de classificação de machados de bronze, perfeito de vinte e duas formas, designadas pelas letras do alfabeto, metodologia essa que teria subjacente a necessidade de estabelecer um vocabulário descritivo comum dos machados de bronze, por forma a tornar os manuscritos mais perceptíveis por parte da comunidade científica.

O machado de bronze encontrado nos arredores da capital portuguesa serviria, posteriormente, de modelo a Possidónio da Silva na tipologia dos machados de bronze descobertos no nosso território, apresentada numa das sessões do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Lisboa no ano de 1880. Essa revelou-se uma meritória tentativa de sistematizar os achados efectuados até à altura, à semelhança de outras, entretanto realizadas no estrangeiro. Constituiria, assim, uma tentativa de elevar os estudos arqueológicos portugueses ao nível das investigações realizadas no seio da restante comunidade científica europeia.

Não obstante, Possidónio ponderava alguns obstáculos que, muito compreensivelmente, condicionariam, tanto a análise, como o resultado, dos estudos desses mesmos materiais arqueológicos. Referimo-nos, muito concretamente, ao facto de a maioria dos achados desses machados de bronze revelar-se isolada e, aparentemente, descontextualizada. Consciencializava perfeitamente que, somente uma investigação minuciosa e aturada, tanto dos artefactos em si, das circunstâncias da sua descoberta, como, ainda, dos sítios arqueológicos, eventualmente localizados nas suas proximidades, podia conceder-lhes um verdadeiro significado.

Consequentemente, verificamos que o crescente interesse de Possidónio por todas as questões inerentes ao estudo da metalurgia do bronze coincidia com o início dos mais variados trabalhos europeus, verdadeiramente vocacionados para o estudo da Idade do Bronze.

Um factor importante para a compreensão do despertar do nosso investigador para toda essa temática terá sido a circunstância de o estudo da Idade do Bronze ter sido introduzido no horizonte da investigação arqueológica oitocentista essencialmente pelos arqueólogos suecos, com o principal intuito de tentar demonstrar a unidade e antiguidade histórico-nacionalista da população sueca, tentativa de demonstração essa que se tinha revelado urgente, sobretudo perante algumas crescentes e veementes pretensões hegemónicas pan-germânicas. Esse estudo seria, posterior e paulatinamente, aprofundado e alargado. Na realidade, seria precisamente o estudo tipológico dos artefactos derivados das produções metalúrgicas que passaria a constituir uma das temáticas centrais dessas investigações¹¹.

Por forma a proceder a um estudo mais rigoroso e qualitativo dos machados de bronze encontrados em Portugal, Possidónio não se furtava a consultar periodicamente alguns dos investigadores europeus que mais seriamente se dedicavam à Idade do Bronze, de um modo geral. Seria o caso, entre outros, do arqueólogo francês Ch. Chantres, um dos principais conceptualistas da tipologia dos machados de bronze, conjuntamente a G. de Mortillet. Questionando-o

a propósito da metodologia a ser utilizada na análise desses machados, Chantres responder-lhe-ia que

“Quant aux antiquités de bronze, ce serait un très curieux resultat de pouvoir comparer cette industrie primitive du métal sur tous les points de l’Europe.” (I.A.N./T.T., *Correspondência...*, t. VIII, em 8.^a, doc. 1205, 1875).

Simultaneamente aos machados descobertos na grande região de Lisboa, Possidónio encontraria outros exemplares, sobretudo durante as escavações que levava a cabo no interior norte do nosso território. Seria precisamente nessa região, que encontraria, em finais dos anos setenta, e em contexto fechado, alguns depósitos de machados de bronze que evidenciavam o mesmo aspecto formal que os anteriores, ou seja, de talão e asa dupla¹².

Ao descobrir outro depósito de machados, formalmente similares aos anteriores, na mesma região, no ano de 1881, Possidónio concluiu, a esse propósito, que, não apenas a significativa quantidade desses exemplares, como a sua própria tipologia, pressupunham a existência de uma metalurgia do bronze nesta parte da Península Ibérica. Esse estudo conclusivo teria exigiria uma análise comparativa, que Possidónio realizou entre os encontrados em território português, e os descobertos nos demais países europeus. Outros investigadores nacionais ponderavam a existência de uma denominada *Idade do Cobre* autóctone, situada na transição entre o Neolítico e a Idade do Bronze.

Independentemente de todas as asserções que pudessem ser avançadas, relativamente àquela tipologia — então considerada exclusiva do nosso território —, o interesse e a curiosidade que aqueles machados de bronze suscitaram nos seio da comunidade arqueológica europeia revelou-se, por exemplo, no facto de o professor de A. Smith, do Instituto Real de Arqueologia de Londres, ter-se deslocado a Lisboa propositadamente para examinar alguns dos exemplares que se encontravam expostos no Museu Arqueológico do Carmo.

Para além do interesse puramente científico que esses artefactos revelavam, não podemos olvidar a importância do seu estudo a um nível mais abrangente, nomeadamente no que a propósitos de índole nacionalista, dizia respeito.

Com efeito, formulando a tese, segundo a qual teria existido, senão uma Idade do Bronze autóctone, pelo menos uma indústria do cobre, com uma produção regional daqueles machados, Possidónio incitava à emergência dos mais profundos sentimentos nacionalistas no seio de uma considerável faixa da nossa intelectualidade científica da altura, para a qual a suposta implantação dessa indústria, no nosso país, teria um alcance ideológico, que ninguém poderia — e deveria — contestar, e que dificilmente seria apreendida por todas as pessoas.

Essa teoria contrastava com uma outra, até então aprioristicamente aceite, e segundo a qual a presença da metalurgia do bronze, em território peninsular, revelar-se-ia, na sua essência, uma mera consequência de um qualquer fenómeno difusionista. Seria no seu âmbito que os arqueólogos nórdicos, Thomsen e Montellius, nunca chegariam a admitir a existência de variantes regionais na evolução tipológica da indústria dos machados de bronze, que os próprios tinham concebido.

Consciencializando-se da dificuldade que teria em fazer valer a sua teoria, e conhecendo a maioria dos procedimentos metodológicos, então adoptados na investigação arqueológica, Possidónio defendeu a premência e indispensabilidade da realização de toda uma série de análises químicas, nos mais diferentes objectos de bronze — de entre os quais salientava os próprios machados —, por forma a perceber as percentagens de estanho e cobre utilizadas na sua manufactura. Pretendia, assim, inferir, não apenas os próprios estádios evolutivos da sua tec-

nologia, como, sobretudo, a existência de possíveis agrupamentos territoriais, ao mesmo tempo que a determinação, ou não, de influências e origens exógenas.

Escreveu-lhe, a esse propósito, o arqueólogo G. de Mortillet:

“par suite de leur composition minéralogique...[on peut] confirme[r] l’authenticité de ces dernières pièces, ce sont: 1° Ses empreintes de vouille ou oxyde de fer produites par le choc des instruments agricoles. Elles si abecurent sur les partis arrondies du caillon et sur les places de cassave. 2° L’existence de petites taches inorganiques et mêmes organiques qui se montrent également sur les places arrondies et les parts taillées” (I.A.N./T.T., *Idem*, t. XIX, em 8.^a, doc. 3871, 1888).

Todavia, Possidónio limitou-se à análise da sua evolução tipológica, expondo a sua tese numa das sessões do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica de Lisboa, no ano de 1880, apresentando uma litografia com uma dezena de machados de bronze, representados à escala natural, e cujo impacte seria tão notório, que o arqueólogo de Cogny a reproduziu durante uma das sessões da *Société Académique de Clâlous-sur-Marne* Projecção internacional essa que se patenteou, por exemplo, no facto de o médico e antropólogo alemão Schaaffhausen ter-lhe escrito, a esse mesmo propósito, que

“J’atends avec intérêt vos dernières recherches et je suis de votre, que cette forme rare avec deux anses est caractéristique pour votre pays et prouve une fabrication indigène” (I.A.N./T.T., *Idem*, t. XIII, em 8.^a, doc. 2494, 1881).

Apesar de considerá-la produção autónoma, Possidónio não deixava de examinar a metalurgia do bronze, detectada em Portugal, enquanto variante regional. Advogava, assim, o seu surgimento em consequência de uma influência exterior ao território do ocidente peninsular, chegando mesmo a afirmar que

“Ces instruments auraient peut-être été apportés dans la Péninsule par quelque tribu qui vint y séjourner” (I.A.N./T.T., *Idem*, t. XV, em 8.^a, doc. 2891, 1883).

Crença que se deprende do teor de uma das cartas que lhe seria endereçada pelo investigador, Comte de Marsy, referindo que

“J’ai été très heureux de voir que vous adoptiés complètement mon opinion [...] sur l’introduction du bronze en Lusitanie...d’après les phéniciens” (Id., *Idem*, t. XV, em 8.^a, doc. 2913, 1883).

Consequentemente, Possidónio continuava a defender toda uma linha conceptual, baseada no *ex oriente lux*.

Contudo, a determinação de uma produção metalúrgica local — neste caso, do bronze —, constituía, sobretudo, a confirmação e a enfatização da capacidade criativa, manifestada pelas suas próprias populações. Assim, se o processo difusionista podia explicar a introdução, e até mesmo a emergência dessa mesma produção, a sua originalidade apontava para o seu ulterior desenvolvimento, de forma autónoma, com todas as implicações ideológicas que uma tal afirmação pudesse implicar no devir das comunidades que a teriam perspectivado, realizado e vivenciado.

Essa questão revelava-se bastante importante, porquanto se conotava com problemáticas de ordem eminentemente nacionalista, nomeadamente ao sublinhar-se a capacidade criativa, manifestada por parte de cada cultura, e pertença de populações específicas.

Consequentemente, questionava-se uma outra teoria, segundo a qual a tecnologias menos elaboradas corresponderiam comunidades culturalmente menos desenvolvidas. Seria o próprio Possidónio da Silva a afirmar que

“Quoi qu’on ait trouvé dans nos dolmens des bronzes aux formes primitives, admettons que des fondateurs nomades aient importé en Portugal le type nouveau, ou qu’il été fourni aux populations néolithiques de la Péninsule Lusitanienne par des voyageurs de cette époque. Mais alors, comment se fait-il que, dans les autres contrées de l’Europe qui devaient être fréquentées par ces mêmes nomades, on ne trouve pas des haches semblables?” (Silva, 1883, p. 12-13).

De qualquer das formas, Possidónio considerava imprescindível proceder-se a um estudo arqueológico, abrangente e sistemático, do território nacional, para confirmação da sua teoria endógena. Acreditava que, somente dessa forma, seria permissível considerar que aquele tipo específico de machado de bronze tinha sido adoptado,

“sans doute parce que son usage avait été reconnu plus commode” (I.A.N./T.T., *Idem*, t. XV, em 8.^a, doc. 2937, 1883).

Essa condição seria tanto mais pertinente, porquanto Possidónio admitia não ter sido ainda encontrado qualquer molde de pedra, ou de barro, que pudesse comprovar a existência inequívoca daquela metalurgia bimetálica, no território indígena.

Considerações finais

Perante a persistente manifestação de inoperacionalidade e desinteresse governamental e municipal relativamente à instauração e desenvolvimento dos estudos pré-históricos no nosso país, Possidónio da Silva tentaria promovê-los pessoalmente, fosse a título meramente particular, como no âmbito da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*.

Para além de pretender elevar essas mesmas investigações a um nível internacional, Possidónio aspirava igualmente inseri-las num contexto mais abrangente, ou seja, no âmbito de todas aquelas que almejavam perscrutar o passado do nosso território, com a finalidade de sublinhar a alta antiguidade e especificidade da presença humana no nosso solo. Seria, assim, uma forma mais de enfatizar e validar a nossa independência, não apenas político-geográfica, como, sobretudo, cultural, nomeadamente face a um crescente movimento *iberista*, que via na união dos dois países ibéricos a única possibilidade verdadeiramente viável de garantir a nossa sobrevivência enquanto país.

Podemos, é claro, questionar se essas mesmas intencionalidades teriam assumido uma tão notória visibilidade, comparativamente ao que se assistiria noutros países europeus.

Contudo, pensamos que, se elas não ganharam a mesma expressividade, não deixaram, nunca, de encontrar-se implícitas nos mais diversos tipos de actividades, encetadas, não somente por Possidónio da Silva, como, ainda, por toda uma geração que assistia a uma sucessão de acon-

tecimentos políticos internos que, acreditavam, podiam perigar a perpetuação de toda uma unidade, que se pretendia nacional, bem como de uma memória histórica que, acreditava-se, seria comum a todos os cidadãos do nosso país.

Na verdade, seria mediante a cimentação dessa mesma consciência histórica, junto do mais amplo espectro do nosso tecido social de Oitocentos, que se pensava poder perpetuar aquela que se acreditava assumir a nossa identidade cultural supostamente diferenciável das demais nações e, conseqüentemente, justificativa da nossa soberania territorial.

Não obstante, verificamos que a concretização desses desideratos deparar-se-ia com múltiplas adversidades, sobretudo no que à carência dos devidos apoios estatais e municipais respeitaria, para além de um completo vazio legislativo português, relativo à salvaguarda dos monumentos arqueológicos, de um modo geral, e à responsabilização dos proprietários dos terrenos, nos quais aqueles se localizassem, muito particularmente.

Em face desses obstáculos, Possidónio perscrutaria os modos pelos quais no estrangeiro obviariam tais dificuldades. Seria nesse âmbito que recebeu uma carta redigida pelo Comte de Marsy, na qual este arqueólogo referia que

“Pour les monuments mégalithiques, on a adopté en Hollande, un mode spécial d’acquisition du monuments; en France...la prime annuelle de Conservation donné au propriétaire à la Commune, avec un contrôle d’Inspecteurs” (Id., *Correspondência...*, t. XIII, em 8.^a, doc. 2509, 1882).

Apesar de não ter conseguido implementar uma legislação similar entre nós, os esforços de Possidónio no sentido de a investigação arqueológica — e, sobretudo a pré-histórica — ser implementada e divulgada o mais abrangentemente possível, não se quedou por um mero projecto, nomeadamente por ter sido inaugurada uma Comissão governamental — sintomaticamente intitulada de *Comissão dos Monumentos Nacionaes* —, à qual passou a competir proceder, não apenas à inventariação de todo o nosso património histórico-arqueológico, como à inspecção periódica do estado da sua conservação e supervisionamento das obras de restauro que fossem sendo efectuadas nalguns dos seus — então considerados —, mais representativos monumentos. Representatividade essa que, como tivemos a oportunidade de constatar ao longo deste nosso pequeno estudo, seria concebida em função de interesses pontuais, de índole eminentemente nacionalista, mesmo que não perfeita e conscientemente apreendidos e manifestados pelos seus próprios estudiosos.

A escolha dos sítios e da cronologia, preferencialmente investigados, advinha, no fundo, de uma contextualização histórica que, não apenas a justificava, como, até certo ponto, a induzia, porque decorrente de uma determinada e circunstancial mundividência, da qual os intelectuais de Oitocentos dificilmente podiam alhear-se e desarreigar-se.

NOTAS

* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Email: anamartins@teleweb.pt

¹ Sobre o período italiano na formação académica de Possidónio da Silva, *vide* Martins, no prelo.

² *Vide* Martins, 2000, nomeadamente, o seu terceiro capítulo.

³ Sobre esta temática, ver também os seguintes trabalhos, Gonçalves, 1992, p. 169-71; Jorge, 1987, p. 205-209.

⁴ Arcisse De Caumont, *Cours d’Antiquités Nationales. A Société des Antiquaires de l’Ouest* elaborou, em 1835, um questionário, no qual os monumentos considerados

cronologicamente mais antigos revelar-se-iam os gauleses, sem se mencionar os celtas, ou outros quaisquer anteriores. Esse facto revelava, de alguma forma, um retrocesso relativamente a 1804, ano da fundação da *Académie Celtique*.

- ⁵ Sobre as evidências megalíticas, nessa zona do país, *vide* Guilaine, 1981, pp. 165-167; Jorge, p. 102-123; Gonçalves, 1992.
- ⁶ Cartailhac (1886) chamaria a atenção para a importância dos diferentes tipos de monumentos megalíticos, e suas variações grupais, bem como para os espólios associados, enquanto indicadores de uma contínua ocupação populacional, numa determinada região, utilizando, para tal, o *Sistema das Três Idades*. Interessante será, ainda, o facto de G. de Mortillet, ter exposto, durante o *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica*, realizado em Estocolmo, no ano de 1874, a sua teoria, segundo a qual, e contrariamente à defendida pela maioria da comunidade científica de então, os monumentos megalíticos teriam sido construídos por diferentes povos e culturas, difundindo-se, no seu entender, somente a *ideia* megalítica (Daniel, 1963, p.24).
- ⁷ Actualmente, considera-se que as *placas de xisto com decoração geométrica* serão quase exclusivos do Ocidente Peninsular, sobretudo do Alentejo, e representarão, na sua maioria, a Deusa Mãe, protectora na Vida e na Morte, tendo correspondido a sua utilização à segunda metade do IV milénio e primeira metade do III antes da nossa era.
- ⁸ Embora confirmasse a cronologia assente em pressupostos tecnológicos, a conceptualização do Neolítico constituía um notório desenvolvimento, relativamente ao sistema das *Três Idades*, porquanto estabelecia uma sua subdivisão. Sublinhava, assim, o processo evolutivo da Humanidade. O termo *Neolítico* seria concebido por Lubbock, em 1865, teorizando a emergência de uma tecnologia específica de fabricação de artefactos líticos, ou seja, o polimento. Evidentemente que ainda estava um pouco longe a época, quando se passaria a relacionar essa época com o surgimento de outro tipo de manifestações, caracterizadoras de uma economia agro-pastoril, com todas as implicações sociais, políticas, culturais (incluindo as religiosas), que pudessem advir dessas mutações, tão profundas.
- ⁹ Essas grutas constituíam o que ficaria conhecido na historiografia arqueológica nacional por “túmulos escavados na rocha”, ou “grutas artificiais”, normalmente colectivos (*hipogeus*), pertencentes ao *grupo do centro de Portugal*, aos quais corresponderiam povoados inseridos na denominada “Cultura do Tejo”, atribuídos ao *Neolítico Final* da região. Embora Possidónio não o refira, pensamos que terá detectado as quatro grutas artificiais que perfaziam essa necrópole. Entre o espólio que teria suscitado o interesse de Possidónio em Palmela, figuravam os artefactos inerentes ao denominado *horizonte campaniforme*, como *ídolos de calcário*, pequenos *vasos de osso*, *enxós encabadas*, pequenas placas e pendentes de calcário, botões de osso com perfuração em “v”, pequenos recipientes de calcário (os quais Possidónio julgava terem servido para moer cores ou venenos), etc. (Gonçalves, p. 313, p. 206-211; Santos, 1985, p.66-88, 111). Nery Delgado e Pereira da Costa tê-las-iam explorado anteriormente, efectuando-se ulteriores escavações em meados de setenta, já sob direcção de Carlos Ribeiro (Santos, 1985).
- ¹⁰ Seriam os pré-historiadores espanhóis os primeiros a atribuírem essa designação aos vasos cerâmicos em forma de sino invertido, cronologicamente imputáveis ao Calcolítico (Eneolítico, para alguns autores). A sua significação ampliar-se-ia ulteriormente, aplicando-se a todos os contextos que evidenciassem tipos cerâmicos com aquela decoração geométrica, semelhante entre si.
- ¹¹ Esse interesse temático alargar-se-ia, no entanto, a outros estudiosos nacionais de oitocentos. Carlos Ribeiro, por exemplo, apresentaria, no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em Bruxelas, no ano de 1872, uma comunicação, intitulada *Quelques mots sur l'âge du cuivre et du fer en Portugal*. Augusto F. Simões, na sua obra *Introdução à Arqueologia da Península Ibérica*, preferia, de modo bastante evidente, as descobertas e colecções particulares, nas quais figurassem machados de bronze.
- ¹² Alguns autores actuais pressupõem que a concentração desse tipo de artefactos indicaria a presença de um grupo de pessoas armadas no seio da comunidade às quais eles pertencessem. Grupo esse, ao qual competiria, na sua essência, proteger o comércio terrestre do estanho, porquanto aquelas armas apareciam, predominantemente, em zonas do interior do território, e mais directamente relacionadas com o litoral marítimo (Kalb, 1980, p. 117).

FONTES

A.H./A.A.P. — Arquivo Histórico/Associação dos Arqueólogos Portugueses:

Actas do Conselho Facultativo, n.99, 15/2/1872

I.A.N./T.T. — Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo:

Colecção Castilho, mç. 7, cx. 5, doc.320.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, V, 8.ª, doc. 735, 1872.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, VIII, 8.ª, doc. 1205, 1875.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, VIII, 8.ª, doc. 1353, 1876.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, VIIIa, 8.ª, doc. 1260, 1876.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, XI, 8.ª, doc.1767, 1879.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, XII, 8.ª, doc. 2509, 1882.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. XV, 8.ª, doc. 2891, 1883.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. XV, 8.ª, doc. 2913, 1883.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. XV, 8.ª, doc. 2937, 1883.

Correspondência Científica e Litteraria de J. Possidónio N. da Silva, t. XIX, 8.ª, doc. 3871, 1888.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, I. de V. (1868) - Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2ª série, 5:2.
- CARTAILHAC, É. (1886) - *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris : Chez Reinwald Librairie.
- CAUMONT, A. de (1841) - *Cours d'Antiquités Monumentales*. Paris : Derache.
- COLIN-SIMARD (1957) - *Découverte Archéologique de la France*. Paris : Le Livre Contemporain-Amoit-Dumont.
- Congrès Archéologique de France. Séances Générales (1837-1896)*. Caen : Société Française d'Archéologie.
- DANIEL, G. (1963) - *The Megalith Builders of Western Europe*. London : Hutchinson.
- DANIEL, G. (1975) - *Un Siglo y medio de Arqueología*. Ciudad de México: Fundo de Cultura Económica.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1989) - *História do pensamento antropológico*. Lisboa: Edições 70.
- FAGAN, B. M. (1997) - "Archaeology and Non-Western Societies". *The Oxford Companion to Archaeology*. Oxford: Oxford University Press.
- GONÇALVES, V. dos S. (1993) - Artefactos Votivos de Calcário. *História de Portugal*, dir. João Medina, I, Lisboa: EdiClube.
- GONÇALVES, V. dos S. (1993) - "As Práticas Funerárias nas Sociedades do 4º e do 3º Milénios", *História de Portugal*, dir. João Medina, I, Lisboa: EdiClube.
- GONÇALVES, V. dos S. (1993) - "Emergência e Desenvolvimento das Sociedades Agro-Metalúrgicas", *História de Portugal*, dir. João Medina, I, Lisboa: EdiClube.
- GONÇALVES, V. dos S. (1992) - *Revendo as Antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GUILAINE, J. (1983) - *Premiers Bergers et Paysans de l'Occident Méditerranéen*. Paris : E.H.E.S.S.
- JORGE, S. de O. (1990) - A Consolidação do Sistema Agro-Pastorial. *História de Portugal. Das Origens à Romanização*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Ed. Presença.
- JORGE, V. O. (1987) - *Projectar o Passado. Ensaio sobre a Arqueologia e Pré-História*. Lisboa: Presença.
- KALB, Ph. (1980) - "O Bronze Atlântico em Portugal", *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães: S.M.S.
- MARTINS, A. C. N. (2000) - *Possidónio da Silva e a memória história, um percurso na arqueologia portuguesa de Oitocentos*, Texto Policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, F.L.U.L.
- MELLO, A. J. de (1885) - Um curso elementar d'archeologia no Museu do Carmo. *Revista Militar*. Lisboa: Typographia da Casa da Moeda.
- MINTIELLE, P. (1972) - *Sur les Chemins de la Préhistoire*. Paris: Decoël.
- SANTOS, M. F. dos (1980) - Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. II série, 26.
- SANTOS, M. F. dos (1985) - *Pré-História de Portugal*, Lisboa: Verbo.
- SILVA, J. P. N. da (1881) - Archeologia Prehistorica. As cavernas. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2ª série, 3:7, Lisboa.
- SILVA, J. P. N. da (1877) - Grutas Prehistoricas. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2ª série. 2:4.
- SILVA, J. P. N. da (1879) - Notice sur les monuments mégalithiques du Portugal. *Association Française pour l'Avancement des Sciences*. Paris : Secrétariat de l'Association.
- SILVA, J. P. N. da (1883) - Quelques considérations sur les haches de bronze trouvées en Portugal. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. 2ª série, 4:1.
- The Story of Archaeology* (1997) - ed. Paul Bahn, London, Phoenix Illustrated.
- TRIGGER, B.G. (1992) - *Historia del Pensamiento Arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.